
121ª SESSÃO ORDINÁRIA – 09DEZ2015

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, boa tarde. Temos o prazer de receber, hoje, as entidades da minha categoria, a categoria farmacêutica. Temos um projeto importante para votar. No momento oportuno, viremos a esta tribuna. As articulações já estão sendo feitas com o Líder do Governo. Com certeza, poderemos votar esse projeto, que é estratégico para a saúde da cidade de Porto Alegre. Então a presença da minha categoria aqui me anima ainda mais, no sentido de cumprir as tarefas que, necessariamente, neste dia de hoje, estão postas para nós. A minha primeira tarefa é exatamente trazer aqui o papel do meu Partido, o PCdoB, na noite de ontem. Ele vai ao Supremo Tribunal Federal para impedir um golpe dentro do golpe. Porque já há um golpe, e na Câmara Federal, através do senhor Eduardo Cunha – que eu considero o inimigo número um do Brasil, porque é o inimigo da democracia –, rompendo o acordo que estabelecia a escolha dos integrantes da comissão que analisaria o pedido de *impeachment* da Exma. Sra. Presidenta Dilma Rousseff; ele rompeu o acordo que seria por consenso. A oposição e dissidentes da base governista decidiram apresentar uma chapa avulsa para a escolha dos membros da comissão, que foi acatada por Cunha. Aliás, dissidentes da base governista liderados pela oposição – há sempre dissidências no meio de um momento de grave crise política de uma Nação. Com isso, ele violou a Constituição; a Lei dos Partidos que nós temos que garantir que ocorra; o Regimento da Casa, pelo qual os líderes partidários é que têm a prerrogativa de indicar os membros das comissões. Este é um aspecto do golpe, disse a nossa brava Líder do PCdoB, na Câmara Federal, a Deputada Federal Jandira Feghali, também da área de saúde médica. Em uma das medidas cautelares, o objetivo do Partido é que o Supremo Tribunal Federal suspenda o processo de impedimento da Presidenta Dilma, para que ela tenha assegurado o direito à defesa prévia, como é da Constituição Brasileira.

Na outra ação, o nosso Partido argumenta que candidaturas avulsas são arranjos sem previsão normativa, com candidaturas que contrariam as indicações dos partidos, que devem ser feitas pelos respectivos líderes partidários. Aqui, eu quero rapidamente dizer: a defesa dos partidos é a defesa da democracia. O nosso Partido que, nos seus 93 anos de luta, corre junto com a luta do povo brasileiro, está tendo poucos anos de legalidade democrática. Então, nós achamos que defender os partidos é defender a democracia.

De acordo com o art. 19 da Lei nº 1.079, do ano de 1950, a Comissão Especial é composta por todos os partidos que tenham representação na Casa - aqui é assim também -, o que aponta que a indicação de representante de cada partido deve ser feita pela própria agremiação, o líder indica. No nosso caso, a indicada foi a nossa Líder, Deputada Jandira Feghali, quando os Deputados optam por fazer dissidência à indicação do Líder, e, portanto, contrariaram a direção do seu partido, eles estão contrariando a própria decisão legal. Num momento assim, nós temos que garantir a legalidade democrática, nós temos que garantir a legalidade que rege a instituição maior, que é o Congresso Nacional.

O nosso Partido, o PCdoB lançou um manifesto à Nação chamado de Brasil sem Golpe, e foi exatamente no dia em que aconteceu mais uma do Sr. Eduardo Cunha, porque, para nós, esse *impeachment* é golpe, não tem base legal, é um atentado do Estado Democrático de Direito.

Eu tenho alguma vivência e tive a honra de participar do movimento pela legalidade, liderado por Leonel Brizola, aos meus 19 anos, quando houve a primeira tentativa de golpe para impedir a posse do Presidente João Goulart. Por isso que eu venho a esta tribuna e finalizo, nos meus cinco tempos de liderança do PCdoB, para propor a esta Casa, que tem história na luta pelas liberdades democráticas, uma Frente Parlamentar pela Legalidade Democrática do Brasil, pelo estado democrático de direito, uma frente parlamentar ampla, como são todas as frentes desta Casa, e que também estabeleça o significado de defendermos a democracia, que estabeleça, como princípio, como rumo, como meta, a defesa da democracia na Nação brasileira.

Na nossa concepção, do Partido Comunista do Brasil, e com a amplitude com que atuamos nesta Casa, com respeito a todos os partidos, com diálogo amplo e, muitas vezes, nesta amplitude construindo a unidade, aqui há homens e mulheres que têm história, às vezes, até em lados diferenciados, mas história na luta pela democracia.

Portanto, eu saio desta tribuna propondo, pelo estado democrático de direito, uma frente ampla, uma frente parlamentar.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós já havíamos falado anteriormente sobre as doenças transmissíveis que estão sendo reincidentes no nosso Estado, a exemplo da doença infecciosa chamada mormo, que atinge os cavalos. No Interior do Estado está havendo uma grande preocupação, e, constatada a doença no animal, a área fica interditada e os animais são sacrificados. Hoje não ocorre somente num Município, temos vários Municípios sendo atingidos, inclusive cito o caso da égua Bionda: ela está prenhe, e o proprietário procedeu a um exame, enviando-o para os Estados Unidos. Como é diferenciado, pelos componentes que são aplicados no Brasil, o exame deu negativo. Então, esse proprietário ingressou com uma ação na Justiça pedindo a desinterdição da sua fazenda e também para evitar que a égua seja sacrificada. Todos os que têm amor aos animais, principalmente no Interior, lamentam por aqueles que estão perdendo seus cavalos para essa doença, que estava erradicada mas que, por um descuido sanitário, retornou ao nosso Estado, provavelmente vindo das divisas – Uruguai, Santa Catarina e outros – e de eventos onde se reúne um grande número de proprietários que fazem as tradicionais corridas, as disputas. Essa preocupação está tomando conta do nosso Estado. De nossa parte, da proteção animal, lamentamos muito o sacrifício de animais aparentemente saudáveis, mas que estão infectados. E também nos chama atenção que esse exame feito nos Estados Unidos deu negativo, enquanto que o nosso deu positivo. O Secretário Estadual da Agricultura solicitou uma investigação a partir de janeiro, e esperamos que isso tenha êxito, porque temos outra grande preocupação: além do mormo, há a AIDS equina. Nós ainda temos carroças que andam em zonas proibidas da nossa Cidade, temos também muitos casos de animais que vão a óbito e são deixados na entrada de vilas; não se sabe por que, mas o responsável nunca é encontrado, não se sabe a doença, e não deixamos de suspeitar que possa haver esta doença nos cavalos que por aqui circulam. Nós temos a Zona

Rural, que tem haras, com cavalos bem-criados, que, inclusive, servem para comércio, e isso pode vir também a preocupar, porque é uma doença altamente transmissível.

Nós temos ainda a circulação de carroças, e os outros cavalos, para transitar, têm que ter o exame. Inclusive, fez-se a doação de um cavalo, que foi para Dois Irmãos, e foram necessários os exames da AIDS equina e o exame do mormo para transitar nas estradas. E eu vejo que as carroças estão com os seus cavalos andando sem nenhuma preocupação com os exames. Então, é um alerta que se faz à Vigilância Sanitária do Município para cuidar mais.

Também quero aproveitar este espaço para dizer que eu me sinto gratificada de saber que o Cadastro Municipal de Animais Domésticos, que não foi aprovado aqui no Município, está sendo apresentado e já está tramitando na Câmara Federal, por iniciativa de um Deputado gaúcho, que apresentou o mesmo projeto. Esse projeto visa à identificação e evitar o abandono, evitar os custos para o Poder Público, evitar os maus-tratos, porque, com o animal identificado, pode-se chegar a responsabilizar os seus tutores ou quem abandona e promove todo este descarte, inclusive de alguns animais de raça. Nós ficamos muito satisfeitos com este projeto nacional, que certamente vai ser emplacado, que vai tramitar com sucesso na Câmara Federal. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhoras e senhores, eu vou conversar um pouco, neste período de Liderança, sobre o cigarro, sobre o fumar. É uma conversa, minha cara Ver.^a Fernanda Melchionna, que vem de longe – fumar, o fumante. Vêm acontecendo regras no Brasil inteiro, às quais sou favorável, em sua esmagadora maioria. É preciso ter cuidado, sim. Agora, recebemos um *e-mail* da Direção-Geral da Casa, meu caro Presidente, que diz: “Determinamos que está proibido fumar: a) nas dependências internas do Palácio Aloísio Filho; b) no jardim de inverno; c) embaixo das marquises das rampas de acesso norte e sul e no térreo e no primeiro andar; d) embaixo da rampa de acesso norte do andar térreo”. Para mim essa resolução é toda atrapalhada, com todo o respeito. Em segundo

lugar, se é assim, é melhor, meu caro Presidente, que vocês façam uma listagem de onde será permitido fumar. O fumante é discriminado, nós somos poucos e fumamos porque não temos tido ainda a capacidade de parar de fumar. Não vão me mandar fumar na chuva e nem no sol de 40 graus! A Câmara que decida, meu caro Presidente, o espaço de fumódromo. Agora, na chuva, no inverno, às margens do Guaíba... Morrer eu não vou! Vai me matar o calorão de 40 graus, ou o inverno frio e chuvoso, portanto, se é para preservar a saúde, vamos preservar a nossa saúde também, a dos fumantes. Isso não é possível, meu caro Presidente. Eu não entendi mais onde dá para fumar. E no final diz assim: “Ressaltamos que as sanções pelo descumprimento serão direcionadas à Casa, que, após identificar os infratores, repassará a responsabilidade aos mesmos”. Portanto, o melhor seria a Direção da Casa definir um espaço: é aqui que pode. E que coloque, no mínimo, um toldo velho, ao menos uma pequena cobertura, que seja a pior e a mais barata possível, mas que nos proteja do calorão de 40 graus – do sol que faz mais mal à saúde do que o cigarro –, e do inverno, que, quando chega, também é insuportável. Nós queremos um espaço para fumar. Eu sei que estou falando aqui em nome de todos os que visitam a Casa, de todos daqui da Casa que fumam. É o nosso apelo a todos os Vereadores da atual Mesa e da Mesa que assume em janeiro, para que se refaça essa norma, para que se defina, com critério, qual será o lugar do fumódromo aqui da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Está correto, respeitando sempre o não fumante, mas que nos respeitem também. Aquele abraço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, na mesma linha, Ver. Airto Ferronato, não fazendo uma crítica ao seu discurso, só lembrando que eu represento os que não fumam, e os que não fumam não podem ser obrigados a fumar pela vontade dos fumantes. Quero aqui, em nome dos que não fumam, dizer o seguinte... E aí devo trazer um assunto que tem sido pautado aqui nesta Casa: os profissionais do táxi, do volante, por quem tenho o maior apreço, à grande maioria dos taxistas. Nós temos feito o possível para prestigiá-los, mas

a maioria dos Vereadores tem feito crítica a alguns profissionais que não honram e que comprometem toda uma classe. Aí vou falar dos fumantes taxistas: mesmo que eles não fumem dentro do automóvel, a roupa deles está impregnada de cheiro da fumaça, e aquele passageiro que não é fumante e que contrata uma corrida, sai do automóvel como se fumante fosse. Ouvi atentamente o seu discurso, é respeitável, mas quero aqui adendar à sua fala os não fumantes, que precisam ter a compreensão dos fumantes, porque não é certo... Há alguns anos, nós não poderíamos frequentar um restaurante ou algo semelhante sem o direito de um certo tratamento diferenciado que nós, não fumantes, temos hoje, porque hoje não é mais permitido fumar nos restaurantes. Há alguns anos, Dinho, tu estavas sentado à mesa almoçando ou jantando, o sujeito sentava na tua frente e, dependendo do ar-condicionado, tu ficavas fumando com ele. E Deus o livre reclamar!

Então nós já evoluímos, mas não podemos deixar de nos pronunciar nesse sentido. Há uma parcela muito grande da sociedade que não fuma. E essa parcela precisa ser tratada com toda a compreensão pelos fumantes. Só que quem fuma tem que procurar fumar onde não há pessoas próximas, senão os não fumantes é que têm que sair correndo. Eu acho que quem tem que procurar um lugar que não atrapalhe quem fuma. Nós não podemos inverter os direitos. Sim, os senhores querem os direitos dos fumantes, tudo bem, mas os direitos dos fumantes não podem excluir aqueles que não fumam. Eu acho que os fumantes têm que se reunir num determinado local; quem não fuma vai lá se quiser. Agora, não podem os fumantes decidir: nós fumamos e vamos fumar aqui, e os que não fumam ter que sair correndo. Então, em defesa dos não fumantes, onde eu me incluo, quero finalizar neste sentido. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde, eu quero agradecer a todos e todas que apoiaram a iniciativa do Mapa dos Direitos Humanos, do Direito à Cidade e da Segurança Pública de Porto Alegre, lançado na noite de ontem. Quero cumprimentar as lideranças comunitárias na pessoa do Arilton, do Bairro Santa Rosa, da Associação Santa Rosa, e

da Fátima e da Rosane, do Bosque. E quero dizer, Presidente, da importância desse instrumento para a cidade de Porto Alegre. Na verdade, é a continuação de um trabalho iniciado no ano de 2014 pelo Presidente Kopittke e seguido nesta administração.

Quero cumprimentar também os farmacêuticos que estão aqui, é um processo bastante importante que nós queremos que seja votado o quanto antes para garantir o provimento mediante concurso público de uma profissão tão importante para a nossa Cidade. Mas nós temos a sequência, o trabalho iniciado na Comissão do ano passado, que, na verdade, buscou fazer um debate colocando o tema da desigualdade socioespacial dentro da cidade de Porto Alegre, aliando o debate entre direito à cidade, aos direitos humanos e à segurança pública. E por que nós fizemos essa intersecção? Porque numa cidade em que, a cada dois dias e meio, um adolescente é assassinado, numa cidade que viveu, em 2014, o ano mais violento, com 572 assassinatos; numa cidade que tem aumentado os seus indicadores de violência social, e que, ao mesmo tempo, nós temos visto a mesma lógica das políticas de segurança pública, não pode se aceitar como normal o que tem acontecido com o nosso povo. E nós, ao analisarmos no Mapa, vemos a intersecção dos problemas que começam já na geografia da Cidade. Uma geografia desigual, uma geografia em que o povo pobre foi jogado para as periferias, justamente onde faltam os equipamentos. Nós identificamos que justamente lá nessas áreas, em geral as mesmas do nosso Mapa, tem menor expectativa de vida, menor renda *per capita*, menor acesso a equipamentos – é o caso das ilhas –, em alguns dos indicadores, é o caso da Restinga; é o caso da Região Noroeste, que são justamente as áreas que mais sofrem com as políticas de ausência de equipamentos públicos. Mais do isso, uma enorme evasão escolar, 30 mil pessoas que abandonaram a escola, entre 2012 e 2014; mais do que isso, 55% das nossas crianças de zero a cinco anos fora da escola. E quando a gente vai ver essa questão da geografia da Cidade, a gente vai ver que muitas vezes a falta de políticas públicas é a política do Estado, de diminuir o estado social, aumentando o estado penal, fazendo com que, por exemplo, nos últimos 20 anos tenha aumentado 400% a população carcerária, a maioria pobre, a maioria com baixa escolaridade, a maioria negra no Brasil. Vocês devem ter visto no programa Fantástico a situação do sistema carcerário onde quem comanda são as facções do crime organizado. Então, muito longe de ressocialização, nós estamos vendo a falência do sistema carcerário. E mesmo aumentando essa população carcerária em 200%, nós vimos aumentar a violência social.

O Brasil atingiu, em 2014, os maiores indicadores de violência, foram 62 mil pessoas mortas intencionalmente no nosso País. Não se pode naturalizar as estatísticas que mostram que o nosso País é campeão de mortes violentas, homicídios dolosos. Nós, então, fizemos esse debate copiando a lógica dos grupos vulneráveis, mas colocando a geografia da Cidade, assim como as estatísticas em relação à segurança, homicídios, estupros, latrocínios, furtos, roubos, roubos de veículos. Estão todos aqui, acho que é uma contribuição para a cidade de Porto Alegre. Nós buscamos e fizemos 81 recomendações.

E eu não poderia nesse espaço deixar de agradecer, em primeiro lugar, ao Presidente da Câmara, Ver. Mauro Pinheiro, que ajudou sobremaneira para que pudéssemos realizar esse Mapa; assim como aos integrantes da Direção-Geral, que nos ajudaram para garantir que o Mapa fosse publicado ainda no ano de 2015; aos Vereadores da Comissão de Direitos Humanos, Vice-Presidente, Alberto Kopittke, Prof. Alex Fraga, João Bosco Vaz, Paulinho Motorista, e Ver.^a Mônica Leal. Quero agradecer ao Núcleo Urbanóide, que fez a capa; agradecer a Nina Becker, a Inês, ao Marcos, ao Bernardo Corrêa e ao Samir, que foram coautores, e aos movimentos sociais, que lutam todos os dias nos inspirando a colocar, num material, várias bandeiras de luta para que a gente siga se mobilizando e defendendo mais direitos sociais, mais educação, mais assistência, mais saúde, mais direitos humanos aos LGBTs, às mulheres, aos negros e negras, à população em situação de rua, aos idosos da nossa Cidade, às crianças e aos adolescentes, ao mesmo tempo, garantindo mais direitos sociais, obviamente, nós vamos diminuir as estatísticas de segurança pública. Muito obrigada pela contribuição de todos.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores presentes, público que nos assiste pela TVCâmara, é muita satisfação retornar a esta Casa após uma licença em que os Vereadores negros assumiram em nossos espaços, em função do projeto do Ver. Delegado Cleiton, do

feriado municipal do dia 20 de novembro, o qual será sancionado esta semana pelo Prefeito Municipal, bem como uma oportunidade aos nossos suplentes.

Hoje quero falar um pouco da conjuntura nacional e da situação que nós estamos vivendo. A quem interessa, Ver. Villela, a desestabilização política, econômica e social do País? Quero dizer com todas as letras que isso não interessa a nós, ao nosso Partido e a todos aqueles que conjugam conosco o entendimento de que este País tem uma democracia que tem que ser firmada e afirmada cada vez mais; de que este País tem uma Constituição cuja execução e cumprimento têm que ser levados ao pé da letra; que este País tem um processo democrático em que se estabeleceram os processos eleitorais a que nós nos submetemos, porque é inconcebível que uma pessoa, como a do Sr. Eduardo Cunha, possa colocar a Nação brasileira de joelhos. É inconcebível que um conjunto de partidos políticos ou mesmo de Deputados assumam a postura do oportunismo querendo defender um golpe na Nação.

Eu quero dizer aqui, Ver. João Bosco Vaz, fazendo uma homenagem ao PDT, que assumiu, junto com o Governador Dinho, do Maranhão, do PCdoB, o relançamento da Campanha da Legalidade no século XXI. Quero cumprimentar aqui a Senadora Feghali, do PCdoB, que ontem, novamente, com a manobra e o golpe institucional que o Cunha aplicou no Congresso Nacional... O PCdoB recorreu, e o Supremo Tribunal Federal suspendeu todo o processo para colocar a postura correta das relações, ter o contraditório, pois a possibilidade da discordância é natural entre todos nós. Eu quero falar aos meus colegas Vereadores, ao nosso Líder Ver. Cecchim, que representa aqui o PMDB, que o que aconteceu ontem no Parlamento nacional não é motivo de orgulho para ninguém, muito menos para este Parlamento aqui, para os 36 Vereadores, onde defendemos uma postura política que tem que ser com respeito, com elevação. E o Sr. Eduardo Cunha, que é um corrupto comprovadamente, quer julgar uma Presidenta inocente – por conta de fatos administrativos. E eu quero dizer aqui que os ditos decretos das pedaladas, os quais são citados no processo de acusação à Presidenta Dilma, o Vice-Presidente Michel Temer, que é do PMDB, assinou, igual à Presidenta Dilma – sete decretos liberando 65 bilhões no Orçamento de 2014 para 2015. Se essa regra vale para um, vale para outro. Quero dizer aqui que o Prefeito Municipal José Fortunati... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...no exercício das suas funções, assina decretos

destinando recursos que não estão previstos no Orçamento; que o Governador do Rio Grande do Sul e todos os Governadores do Brasil assinam; que todos os Presidentes da República, depois da ditadura militar, assinaram os mesmos decretos que a Presidenta Dilma e o Vice-Presidente Michel Temer assinaram. Se isso for motivo para impedimento, nós temos que refundar a República em todas as dimensões. Então, eu quero dizer aqui que o Sr. Eduardo Cunha não passará com essa demagogia. E golpe não! Como também não defendemos que haja qualquer tipo de luta neste País; a nossa luta tem que ser pela democracia e pela legalidade. Um grande abraço... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro, na pessoa de V. Exa., quero cumprimentar os Vereadores e as Vereadoras; público que nos assiste nas galerias e na TVCâmara; senhoras e senhores; venho a esta tribuna na Liderança do meu partido, porque estamos chegando ao final do ano e as pautas estão se acumulando. A comunidade se organiza, procura a Câmara, procura os Vereadores na expectativa de que algumas pautas avancem. Na semana passada, manifestei-me, nesta tribuna, sobre a relevância e a importância de alguns temas, e vemos aqui alguns setores organizados, como o pessoal do Conselho Regional de Farmácia, que está na expectativa de que possamos, assim que possível, aprovarmos as vagas para farmacêuticos na rede pública do Município, aproveito para fazer uma saudação. Vejo aqui também, de maneira organizada, inclusive encontrando-se posições antagônicas e tentando construir nas bancadas pautas que possam consensuar projetos, como é o caso do projeto dos bairros. Vejo aqui, nas galerias, o conselheiro Lauro, da Região 5 de planejamento; vi, até pouco aqui, a arquiteta Gladis, da Secretaria de Urbanismo; o Ronaldo e tantos outros tentando, também, para que possamos chegar na construção daquilo que represente o mais próximo do ideal possível; o Ronaldo, no que diz respeito aos bairros. Parece-nos, pelo menos, que no Cristal, por exemplo, se está tentando construir um tratado de consenso. Mas sabemos que são pautas, e pauta específica dos bairros é uma pauta que não

termina nesse projeto. Esse projeto vai resolver algumas situações, vai desmembrar alguns bairros como o Jardim Itu/Sabará, que eu acho que deve ter o Jardim Itu e o Sabará, que são dois bairros diferentes, Ver. Idenir Cecchim.

O Ver. Idenir Cecchim tem também uma proposta da Associação do bairro Anchieta. Vamos tentar consensuar o que é possível, mas não vamos fechar a porta para este debate, porque os bairros – está aqui o nosso sempre Prefeito, Ver. Guilherme Socias Villela – vão acontecendo e a Cidade vai estabelecer novos conceitos de bairro. Não termina hoje aqui o assunto sobre bairros, só que essa é uma pauta que está na agenda da Câmara desde 2012, e estamos indo para 2016. Somente de rodada oficial foram mais de 20 audiências públicas aqui na Câmara, sem contar nas oito regiões de planejamento. Então, quando não se consegue construir um consenso, como é o caso de algumas situações, fica valendo como está. Não deu para arredondar, não deu para evoluir na construção? Fica como está, mas aprova, porque tem um monte de outras situações pacificadas.

Eu falei agora com o nosso Líder de Governo, Kevin Krieger: o pessoal vem, fica na expectativa, e o assunto é adiado. Aí o pessoal vem de novo e é adiado de novo. Bom, mas eu acho que agora a gente tem que parar, enfrentar o assunto e a pauta, e vamos criar um consenso, e onde não houver consenso, fica como está! Já é uma proposta que talvez vá desagradar alguns, mas não vai ter como agradar a Cidade inteira nesta pauta. Eu me lembro da primeira reunião que tivemos aqui, quando queriam dar um bairro para cada ilha, o bairro Ilha das Flores, o bairro Ilha dos Marinheiros, o bairro Ilha da Pintada. Aí se chegou a um consenso de que não dava. Não dava! É um evento.

Então, acho importante que em alguns consensos já conseguimos evoluir. Por exemplo, aquela área ali que fica entre a Tinga e a Lomba do Pinheiro, a Pitinga, ali está consensuado. Por que não vamos dar o nome de bairro? Aí vem o IBGE para fazer uma pesquisa socioeconômica, até para se fazer uma leitura regional organizada do território da Cidade por bairro e não consegue, porque há vazios na Cidade que não têm nome de bairro, como é o caso da Extrema, especialmente lá na Região 8 de planejamento.

Então ficam aqui essas nossas considerações. A gente sabe que tem aí um consenso e tem uma data limite, que é o dia 21; vamos considerar o dia 21 de dezembro como data limite, e aí o pessoal senta, quebra os pratos e vamos tentar fazer o que der de consenso,

e o que não der, vamos ter que continuar... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): (15h02min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

O Sr. Kevin Krieger (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLE nº 006/14 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Kevin Krieger. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Kevin Krieger (Requerimento): Sr. Presidente, requeiro o adiamento da discussão do PLCE nº 022/15 por uma Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação Requerimento de autoria do Ver. Kevin Krieger. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permanecem como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego a Emenda nº 11, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, ao PLE nº 006/14.

Aprego a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Kevin Krieger, ao PLCE nº 002/15.

Aprego a Emenda nº 04, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, ao PLCE nº 002/15.

Aprego o Emenda nº 05, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, ao PLCE nº 002/15.

Aprego a Emenda nº 06, de autoria do Ver. Airto Ferronato, ao PLCE nº 002/15.

Aprego a Emenda nº 07, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, ao PLCE nº 002/15.

Aprego o Memorando nº 064/15, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, nos termos do art. 227, § 6º e 7º do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação na reunião da Confederação dos Profissionais Liberais, em Brasília/DF, nos dias 08 e 09 de dezembro.

Aprego o Memorando nº 009/15, de autoria do Ver. Guilherme Socias Villela, que comunica o seu retorno antecipado, nesta data, da representação externa às atividades legislativas.

Em discussão o PLCL nº 022/15. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLCL nº 022/15.

O Sr. Engº Comassetto: Sr. Presidente, enquanto a Ver.^a Fernanda Melchionna se dirige à tribuna, eu quero dialogar com o autor do projeto e pedir que ele vá à tribuna, na sequência, para poder fazer uma exposição, porque é um projeto complexo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Fernanda Melchionna transpõe o seu tempo com o Ver. Márcio Bins Ely.

O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir o PLCL nº 022/15, por transposição de tempo com a Ver.^a Fernanda Melchionna.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Ver. Mauro Pinheiro, na pessoa de V. Exa. cumprimento os demais Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste nas galerias, na TVCâmara, senhoras e senhores, agradeço a gentileza da construção junto à Ver.^a Fernanda e ao Ver. Comassetto para que nós possamos aqui clarear um pouco os motivos e as razões que fundamentaram a apresentação deste nosso projeto.

O que acontece, hoje, no Plano Diretor em Porto Alegre? O Plano Diretor permite que se instalem guaritas de segurança num recuo de jardim, ou seja, se for necessário colocar uma guarita blindada, enfim, há uma metragem específica para guaritas de segurança, existe uma margem especificada de tamanho, que são seis metros quadrados para se aprovar o projeto de guarita, para se regularizar uma série de edificações que têm, no seu recuo de jardim, alguma característica. Neste caso, a legislação autoriza essa flexibilização para as guaritas de segurança dentro daquela metragem, e nós estamos aqui flexibilizando e autorizando outros tipos de equipamento, a exemplo dos geradores de energia elétrica, que, às vezes, um determinado condomínio, um comércio, precisa colocar ali um disjuntor e não tem onde colocar, e não pode colocar no recuo de jardim, mas se ele for colocar uma guarita de segurança pode.

Então é nesse sentido, única e exclusivamente com o objetivo de trazer para a regularidade uma série de situações, especialmente na área do comércio, que a gente resolveu encaminhar essa iniciativa, que se estenda essa flexibilização, que hoje vale para as guaritas de segurança, também para casos excepcionais, e a gente traz aqui esse projeto de nossa iniciativa que é um projeto de lei completar, então ele necessita da compreensão de um número expressivo, de uma maioria qualificada de Vereadores para ser aprovado – por isso fiz questão de me inscrever. Quero dizer que já vale um regramento para as guaritas, já vale regramento para exceções – geralmente o recuo de jardim tem uma grande extensão –, mas uma pequena margem de ajuste que é a margem que hoje é permitida para as guaritas de segurança, nós estamos excepcionalizando para uma outra situação, mais especialmente para questões vinculadas a disjuntores; parte elétrica; uma outra edificação que não comprometa em nada a questão do recuo, mas que se torna uma flexibilização possível de regularização. Regularização de uma série de situações em estabelecimentos que cumprem PPCI, volumetria, altura, afastamento, todas as normas e regras da edificação e, muitas vezes, não têm onde colocar um disjuntor, uma casa de máquina. Enfim, vai usar uma nesga de do recuo de jardim para poder, a partir dali, ter o habite-se aprovado. Às vezes, o habite-se das partes coletivas de um condomínio são conseguidos parcialmente porque falta uma nesga, um ajuste, um 2x2, 2x3 de uma casa de máquinas. Então, é nesse sentido que hoje nós buscamos fazer um ajuste na legislação, e naquele mesmo parágrafo do plano diretor que prevê: “Exceto no recuo de jardim, as guaritas de segurança...”. Nós flexibilizaremos para uma outra situação que seja necessária e cabível. Fica aqui, então, o nosso encaminhamento a título de esclarecimento e o nosso pedido de apoio deste proponente com relação a esse projeto de lei. Muito obrigado pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Paulo Brum assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLCL nº 022/15.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu sempre sou muito cautelosa quando se trata do Plano Diretor de Porto Alegre. Agradeço ao Ver. Márcio, que veio a esta tribuna explicar a situação e qual era o intuito do projeto de sua autoria. Entretanto, tem dois temas que me parecem extremamente importantes e são muito caros neste processo envolvendo a discussão do Plano Diretor. Primeiro, a necessidade de um debate anterior. Nós, por exemplo, não tivemos nenhum tipo de audiência sobre a presente matéria, sequer nas Comissões da Câmara de Vereadores. Eu acho que reuniões públicas, mecanismos de participação popular são extremamente importantes. Nós temos representantes das Regiões de Planejamento eleitos; nós temos o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. E eu olho no projeto e não tem nenhum parecer dessas instituições, Ver. Márcio Bins Ely, que eu acho que seriam fundamentais para poder dar subsídios para a atuação e a votação do presente projeto, sejam os Conselhos Municipais, sejam os Conselheiros das Regiões de Planejamento, seja alguma audiência na Câmara. Ele tramitou, é verdade, por algumas Comissões, mas não houve nenhuma reunião pública. Nós, inclusive, estamos numa disputa com o Município com relação às Áreas Especiais de Interesse Social, aprovadas pela Câmara e vetadas pelo Prefeito. O veto foi derrubado pela Câmara e a lei foi promulgada pelo nosso Presidente, Mauro Pinheiro. Houve Tribuna Popular, houve reuniões conjuntas das Comissões, houve participação no Orçamento Participativo, e o Governo Municipal está questionando a lei na Justiça, dizendo que não houve participação popular, sendo que, num dos principais instrumentos de participação popular reconhecidos pela cidadania na cidade de Porto Alegre, o debate foi feito, e o Governo, mesmo assim, não reconhece. Eu estranho este um peso e duas medidas.

Ver. Kevin Krieger, qualquer alteração no Plano Diretor tem que passar pela participação popular, e eu acredito nisso. Por isso é que no nosso projeto das AEIS teve três mecanismos de participação popular. Ou não?

Neste caso, o projeto do Ver. Márcio Bins Ely trata de recuo de jardim, mas o recuo de jardim é extremamente importante também para a preservação da construção equilibrada do que a gente chama de cidade. Teria que ter um estudo sobre quais impactos isso poderia ter, porque é verdade que é sobre a regra, na medida em que inclui a questão da energia elétrica. Mas isso pode ter um impacto enorme sobre as construções na cidade de Porto Alegre. Isso, para nós é importante ao analisar este projeto.

Depois, ele fala da questão do alagamento viário, que as construções no recuo de jardim devem ser removidas às despesas do proprietário. Bom, dependendo, talvez seja correto esse artigo, no sentido de que, já que se constrói no recuo de jardim, seja o proprietário que pague. Mas nesse caso nós estamos falando de alargamento viário que, em geral, são obras do Município. Então também é um outro debate que precisa ser feito.

Eu quero concluir, então, dizendo ao Ver. Márcio Bins Ely que eu acho que temas que tratam do Plano Diretor não podem tramitar sem que haja essa prévia participação popular, reuniões técnicas que ajudem a embasar as nossas posições e que ajudem a ter um espaço para que a cidadania possa se expressar.

(Não revisado pela oradora.)

(A Ver.^a Jussara Cony assume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLCL nº 022/15.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver.^a Jussara Cony, Ver. Paulo Brum, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o Ver. Márcio Bins Ely propõe que, no recuo de jardim, que é um espaço que o Plano Diretor bravamente vem mantendo, estabelecendo para que se tenha área verde, permeável, para que os edifícios não ocupem diretamente, frontalmente até a calçada, para que se possa ter aquele arejamento na Cidade, aquela ambiência e ventilação, uma possibilidade nova, que é a possibilidade da guarita de segurança, se entendo a proposta, da casa de máquinas. A dificuldade da CECE, a nossa Comissão, é que um projeto como este não passe na Comissão de Educação e talvez a gente devesse construir, em plenário, alguma contrapartida, Ver. Márcio, uma possibilidade de ajuste em outro espaço de concessão e de preservação de área livre, de área vegetada, para que a gente não impacte a Cidade. Nós não temos condições de ter uma ideia do tamanho do impacto de forma global na Cidade de mais uma construção no recuo de jardim – e confesso a minha preocupação neste sentido. Eu acho que a preocupação que gerou o projeto é legítima, e o Ver. Márcio coloca que muitos edifícios não conseguem o habite-se porque não previram, ficou fora do projeto, e eu não consigo entender e quero aproveitar, portanto, colocando aqui minha dúvida e pedindo que o conjunto dos colegas possa

pensar numa compensação para este uso, colocar uma reflexão sobre o processo de licenciamento dos projetos em Porto Alegre, porque eu não consigo. O Ver. Pujol sabe bem, nós visitamos no início deste ano, uma escola municipal na Zona Sul, a última escola construída, chamada Escola Moradas da Hípica, que tem 120 crianças incluídas e não tem acessibilidade no projeto. Nós não conseguimos compreender como se dá o licenciamento na Cidade, porque, por um lado, engenheiros, arquitetos e construtores consideram extremamente burocrático, moroso, difícil, emperrado – e vejo que o Sinduscon aqui acompanha o tema; mas de outro lado, quando a gente vê a obra pronta, a gente não entende como é que não tem acessibilidade, porque a acessibilidade está consagrada na legislação. Como é que uma escola, como é que um próprio público não tem; há queixa dos professores, para a nossa surpresa, porque é uma escola bonita, num terreno horizontal, sem nenhum percalço, sem dificuldade de fazer um bom projeto, e a escola não tem acessibilidade. A escola nos colocou, Ver. Paulo Brum, lá no início do ano: “A nossa escola não tem uma rampa”...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: A Escola Moradas da Hípica, foi a Comissão de Educação que visitou, estava lá o Ver. Tarciso e o Ver. Pujol. Para minha surpresa, esse tipo de coisa não poderia acontecer mais, porque são obras novas. Em 2004, eu era Secretária e, quando nós construímos a Judith, que é uma escola no Morro da Cruz, lá em cima, totalmente acessível, imaginava eu que a partir dali nenhuma escola poderia ter barreiras arquitetônicas. Então, eu me pergunto muito sobre o processo de licenciamento. Se ao mesmo tempo ele tranca muito, de outro lado, ele dorme, ele pisca, e passam coisas tão graves como a garantia do acesso pleno, em especial numa escola onde nós vamos ter muito mais do que um morador, de repente dois, com deficiência física, que exija adaptação do prédio.

Quero fazer aqui apenas esta reflexão: pedir ao Ver. Márcio Bins Ely, aos Vereadores que são mais técnicos da área, à Ver.^a Lourdes, se é possível criarmos alguma compensação para que não impactemos demais a Cidade. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Paulo Brum reassume a presidência.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Lourdes Sprenger, o PLCL nº 022/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 19 votos **SIM**; 7 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Em discussão o PLCL nº 004/15. (Pausa.) A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLCL nº 004/15.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, este projeto vem regulamentar uma iniciativa que houve ainda no Governo Rigotto devido ao grande número de abandono em frente às *pets*, agropets e a maus-tratos então se colocava nas clínicas um cartazete trazendo orientação e conscientização no sentido de não abandonar animais. É um singelo projeto que visa a auxiliar aquele comerciante que tem *pet shop*, agropet, para que ele não tenha que arcar com o abandono na frente do seu estabelecimento, porque muitas vezes quem abandona não sabe que há uma lei que protege, uma lei de crimes ambientais. Então, nós propomos essa iniciativa, de que as clínicas tenham um cartazete conscientizando em relação a esse tema, para minimizar esse tipo de ato, bem como os maus-tratos. A clientela que vai até um comércio vai sair com esse conhecimento e também facilitará ao Município, minimizando o grande número de denúncias, que necessitam de dupla fiscalização.

O que estamos propondo, nós já fazemos na prática. Nós já temos uma ação que fizemos junto ao comércio da Cidade, conforme o número de envenenamentos, o número de crimes por maus-tratos, mas fazemos informalmente. Sendo um projeto de lei, a própria Secretaria poderá exercer com mais condições, com campanhas de conscientização no comércio local. E o que nós queremos é cada vez mais dar visibilidade aos procedimentos que podem condenar as pessoas que cometem esse tipo de crime, ou abandonando, ou maltratando. Como eu sempre digo aqui, dá para ver que quem maltrata um animal maltrata a sua própria família, então há aí dois crimes: contra os animais e contra os humanos. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Reginaldo Pujol, o PLCL nº 004/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 17 votos **SIM**; 8 votos **NÃO**.

Em discussão o PLE nº 031/15. (Pausa.) A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para discutir o PLE nº 031/15.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; eu me dirijo aos meus dirigentes da categoria. Sou farmacêutica, tenho a maior honra de ter exercido essa profissão e é com muita honra que hoje, nesta Casa, nós vamos aprovar - e eu solicito, Ver. Kevin Krieger, que seja por unanimidade - este projeto, que é de origem do Executivo, mas que teve toda uma luta das nossas entidades farmacêuticas. Eu quero começar saudando e já parabenizando o Maurício Schüller Nin, que é o Presidente eleito recentemente para o Conselho Regional de Farmácia; a Fabiane Leffa, que é Coordenadora da Assistência Farmacêutica – estávamos lá na XV Conferência, Fabiane, numa luta renhida e muito boa, foi muito bom a gente trabalhar junto; o Everton Borges, que é Assessor de Relações Institucionais do nosso Conselho, sempre aqui atento, assim como a minha colega Zelma Padilha, Assessora de Assuntos Estratégicos, sempre tão presentes aqui, em vários momentos, inclusive nos orientando nas questões farmacêuticas e de saúde; o Leandro Carvalho, Assessor Jurídico do nosso Conselho, e também os demais farmacêuticos, principalmente essa turma ali de jaleco branco, uniformizada, que saiu correndo para estar aqui hoje. Cumprimento as nossas entidades. Ao longo da história, as nossas entidades têm tido essa atuação conjunta. Eu vou começar por lá, pela formação e capacitação de um profissional com essa visão estratégica que os farmacêuticos têm, do significado de uma equipe multidisciplinar da atenção básica até a alta complexidade que atue, antes de mais nada, como farmacêuticos, depois com as nossas especialidades em análises clínicas e indústria. Os farmacêuticos gostam de realizar concurso público exatamente pela sua capacitação em todas as esferas de gestão, porque têm um compromisso histórico com a gestão pública, portanto com a construção de um Sistema Único de Saúde onde, para a qualidade do SUS, há que ter, na sua política de saúde, a política de medicamentos e assistência farmacêutica – uma outra conquista da nossa categoria. Após tantos anos de luta dessa categoria, das nossas entidades, nós tivemos sancionada, pela Presidenta da República,

a lei que determina as farmácias como estabelecimentos de saúde, uma conquista da categoria farmacêutica e das nossas entidades lideradas, inclusive, pela Fenafar. Aqui eu quero dizer do significado das nossas farmácias públicas, das nossas farmácias municipais, o significado de termos presente o profissional farmacêutico. Vejam a necessidade da aprovação deste projeto, para que possamos ter, lá no Município, a certidão da regularização técnica do nosso Conselho Regional de Farmácia, para a presença do profissional competente, que são o farmacêutico e a farmacêutica, para que, lá na ponta, possamos não somente cumprir a lei por ser um estabelecimento de saúde, mas, além disso e principalmente, para que possamos exercer a nossa profissão usando a tecnologia para a humanização do cuidado. Sempre nos olham como se nós fôssemos apenas desenvolvedores de ciência e tecnologia, com aquele olhar da ciência e tecnologia, distantes da população. Nós, farmacêuticos, não somos assim. A ciência e tecnologia são o embasamento para a humanização do cuidado no uso correto de medicamentos, para o acompanhamento devido e necessário, resultando em saúde, qualidade e, inclusive, economia nos gastos públicos. Para isso nos formamos e assim exercemos a nossa profissão.

Quando esse projeto foi originado, precisávamos de 45 farmacêuticos no quadro, para dar conta da demanda, que sempre é crescente, mas, antes disso, para dar conta da demanda com a qualidade que nós queremos dar ao trabalho. Agora são 22 cargos para os quais peço aprovação por unanimidade, mas já vamos pautar, para o ano que vem, mais 23 cargos, porque, na realidade, Porto Alegre precisa de 45 farmacêuticos. Isso não é uma demanda corporativa; essa é uma demanda para a saúde pública da cidade de Porto Alegre, que necessita dos profissionais farmacêuticos na frente para que a gente possa fazer exatamente o que diz o projeto: reestruturar a assistência farmacêutica do Município, construindo a política municipal de assistência farmacêutica para um SUS de qualidade para todos.

Vamos lá, pessoal! Muito obrigada pela presença de vocês. Este projeto tem a mão, a mente e o coração de cada farmacêutico de Porto Alegre. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra para discutir o PLE nº 031/15.

O SR. DR. GOULART: Meu querido Presidente Paulo Brum; meus queridos Vereadores e Vereadoras, vamos conversar sobre um assunto de grande importância. Eu estou terminando de ler um livro chamado A Cidadela, escrito por Archibald Joseph Cronin. Esse livro foi muito importante nos anos 1950; ele mostra o caminho de um médico no interior do País de Gales, num sistema que já era mais ou menos socializado na medicina do Reino Unido. E vocês não imaginam a importância que tinha um bioquímico para ajudar aquele médico que fazia os diagnósticos e não tinha na sua mão uma fórmula importante que ele pudesse aplicar, não tinha uma diluição correta que ele queria aplicar. Mas ele tinha um bioquímico que fazia as vezes de seu farmacêutico. Quantas e quantas vezes ele acertava o tratamento, porque o farmacêutico lhe dava a dose certa, a quantidade certa, o tempo certo precisava ser usada!

E já me preocupo quando, no SUS, volta e meia, aparece a possibilidade de as farmácias não funcionarem na distribuição e dispensação de medicamentos, e isso não acontecer pela falta de farmacêuticos. Então eu fico muito feliz de o Prefeito encaminhar para cá um projeto do Executivo dando consenso. A gente pode imaginar que, aprovando por unanimidade, mostraremos a importância, o que vai fazer com que sejam contratados mais farmacêuticos para a cidade de Porto Alegre. Que o Vice-Prefeito Melo não se esqueça que nós temos um concurso aberto para técnicos de enfermagem, que estão faltando, principalmente no PAM-3. O PAM-3 é uma dessas maravilhas que existem no atendimento do SUS na cidade de Porto Alegre. É claro que o Hospital Presidente Vargas também precisa, assim como o Hospital de Pronto Socorro, mas o que me espanta é que está para vencer, no dia 11 de janeiro, o concurso dos técnicos de enfermagem, e não se fala em chamá-los. Que não seja assim com os farmacêuticos! Precisamos de farmacêuticos, cada vez mais, porque eles ajudam a saúde do SUS. Obrigado. (Palmas.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir o PLE nº 031/15.

O SR. ALBERTO KOPITTKE: Sr. Presidente, caros colegas, boa tarde a todos. Maurício Schiller, em teu nome, saúdo todos os farmacêuticos e farmacêuticas aqui presentes.

Venho a esta tribuna por um motivo que pode parecer pessoal, mas não é, Ver.^a Jussara, que é o fato de a minha irmã ser farmacêutica – inclusive trabalhou com a Ver.^a Jussara. Não é pessoal, e, sim, de alto conteúdo político, porque a minha formação política, Maurício, assim como a tua, foi vendo a construção do SUS através dos farmacêuticos. Esse aprendizado sobre a importância de um paradigma comunitário, multidisciplinar, preventivo, em cada canto da nossa Cidade e do Brasil, hoje, é o que me faz subir a esta tribuna e transmitir o apoio – meu e da Bancada do Partidos dos Trabalhadores – a este projeto tão importante. Cada vez que a gente aprova um espaço, um reconhecimento para uma categoria da saúde, nós fortalecemos esse que na minha opinião é a maior conquista da cidadania brasileira, nesses 30 anos, que é o SUS. Em 30 anos a idade média da população brasileira subiu 15 anos, graças à luta de cada um dos profissionais da saúde, entre eles, de forma muito destacada, os farmacêuticos. Já houve tempo em que a saúde – e falo isso com todo o respeito, meu pai é médico, e temos vários colegas médicos aqui, Dr. Raul –, em que Medicina eram coisas só do doutor, e, depois, da pessoa doente. Hoje nós temos uma outra concepção de saúde, construída, onde cada carreira, cada profissão aporta o seu conhecimento para uma visão mais humana e não meramente uma contabilidade de doenças.

Então, eu venho aqui trazer esse apoio, essa luta. Eu sei que vocês tiveram eleição, e que o Maurício foi vitorioso, e sei que trazendo esse debate do papel da Farmácia na construção do SUS, a importância da autonomia das carreiras perante o poder das indústrias na segurança, nós temos o poder da indústria das armas. Na Farmácia vocês têm o poder da indústria farmacêutica, tentando se disseminar, espalhar doenças para vender medicamentos. Na segurança, a gente espalha medo para vender arma – é parecido. E vocês já conseguiram graças a muitos e muitas lutadoras, como a Ver.^a Jussara, avançar muito nessa concepção. Temos aqui um projeto juntos, que garantiu o não fechamento da distribuição de remédios nos postos de saúde da Cidade. Quis se centralizar a distribuição – eu não quero errar a terminologia, como advogado que sou –, mas foi um debate que eu e a Ver.^a Jussara trouxemos aqui e teve bastante êxito, uma vez que os agentes de saúde, os farmacêuticos vieram até a Câmara, no início desse ano, para lutar contra isso que seria um retrocesso. Iríamos centralizar a distribuição de medicamentos na Cidade, e graças à luta de vocês se conseguiu manter essa distribuição descentralizada.

Parabéns por este projeto; ganha a Cidade, ganham os farmacêuticos e ganha o nosso Sistema Único de Saúde. Parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLE nº 031/15.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Presidente, eu quero ficar aqui com a exposição de motivos; cumprimento as farmacêuticas e o Governo Municipal, e quero dizer que nós somos da oposição, mas quando é positivo, Ver. Kevin Krieger, quando reconhecemos que é positivo, que é importante, a iniciativa tem que ser prontamente apoiada por nós. Nós que, muitas vezes, chegamos aqui e criticamos terceirização – ontem eu ainda fazia isso –, com contundência, dizendo que nós não podemos continuar trabalhando políticas públicas estratégicas, fundamentais, que são direitos humanos, com a terceirização, com uma fragmentação, com a pauperização de salários. Então este projeto vem ao encontro dessa lógica, vem fortalecer o que nós defendemos, um serviço público qualificado, um serviço público com profissionais concursados, com carreira, com investimento em formação permanente, com investimento para a qualificação do serviço permanente. Por isso que sempre apoiamos a criação de cargos.

Mas eu também quero chamar a atenção para a importância desse tema dos remédios e da presença do farmacêutico, aproveitar este espaço da tribuna para divulgar o que é hoje uma vitória muito importante, nosso médico Professor Goulart, muito importante para a sociedade brasileira. Nós nos orgulhamos, pois temos um Sistema Único de Saúde universal, gratuito, ele pode ter limites, tem limites na porta de entrada, mas, depois que se entra no sistema, tem que se reconhecer a altíssima qualificação que ele aporta aos homens e mulheres, e, nesse tema dos medicamentos, nós temos avanços muito importantes, seja pelos genéricos, seja pelas farmácias populares, seja pela disponibilização regionalizada, descentralizada, pelo preço baixíssimo dos remédios para todos os cidadãos e cidadãs.

Eu quero chamar a atenção para a quantidade de farmácias que estão presentes na rede hospitalar própria, do Município. São duas farmácias hospitalares, uma no Hospital Presidente Vargas e outra no Pronto Socorro. Na Rede de Atenção Primária em Saúde

são dez farmácias distritais, uma farmácia homeopática e três farmácias do SAE HIV/Aids, uma farmácia especializada em hepatite, e 144 farmácias de Unidade de Saúde – setor de fornecimento de medicamento industrializado distribuídos em oito gerências distritais em todo território de Porto Alegre. Ainda, as três unidades de pronto-atendimento contam com farmácia próprias e, também, há atendimento 24 horas. Imaginem a importância estratégica dos farmacêuticos, das farmacêuticas, numa rede dessa potência, atendendo a urgência, emergência, 24 horas – toda a fiscalização, disponibilização, controle dos medicamentos, antecipação da necessidade, adequação, que são as responsabilidades técnicas que só um farmacêutico pode dar.

Chamo atenção aqui que o Município e o Governo se referem ao projeto de reestruturação de assistência farmacêutica do Município de Porto Alegre, que diz: “Construindo a política municipal de assistência farmacêutica”. Parece que está muito viva e ativa a criação desses 22 cargos que é resultado desse debate, desse reordenamento. E isso, nós, mesmo sendo da oposição, temos, Ver. Tarciso, que celebrar e homenagear, mas vigiar também. Queremos que o concurso saia logo, queremos que vocês sejam nomeados, que seja valorizado, de fato, o esforço que os nossos jovens formados fazem: passar no concurso e ficar na expectativa. Assim como nós estamos hoje pedindo, pressionando, Ver. Kevin Krieger, pela nomeação dos educadores da FASC: promessa de nomeação, em outubro, de sessenta e poucos educadores. A terceirização da FASC é brutal, desagrega e desqualifica o serviço. Então, parabéns pela luta do sindicato, pela luta dos farmacêuticos. Ganha a nossa saúde, ganham a nossa Cidade e o nosso País. (Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Dr. Raul Fraga está com a palavra para discutir o PLE nº 031/15.

O SR. DR. RAUL FRAGA: Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; todos que nos assistem, em especial da área farmacêutica; como é bom quando subimos à tribuna para falar de coisas boas, de grandes iniciativas e de melhoria para a saúde pública. Eu que sou da área da saúde – aí já se vão mais de 35 anos trabalhando nessa área como médico – convivi e convivo com inúmeros farmacêuticos, e acompanhei e acompanho até hoje o trabalho executado por esses profissionais.

Temos certeza de que, qualificando a estrutura da saúde da cidade de Porto Alegre, com um número expressivo de farmacêuticos, quem ganha é a população. Sabemos a diferença que existe onde tem um farmacêutico dispensando a medicação, organizando, verificando as condições do local, enfim, dando uma outra qualidade para o atendimento que a população precisa, em nível de informação, de atenção e até de carinho, porque o ato de dispensar, por exemplo, um medicamento vai muito além de simplesmente olhar uma receita médica e entregar um remédio num balcão.

Nós sabemos o que é uma faculdade de Farmácia, sabemos o que representa isso.

Tenho a oportunidade de ter grandes amigos farmacêuticos e quero deixar aqui uma mensagem de carinho, agora que já se aproxima o final do ano, também, a todos, inclusive a esses colegas.

Lembro, por exemplo, do amigo Estevão, que tem até hoje a Musifarma – talvez alguns de vocês conheçam –, ali na Av. Presidente Roosevelt, onde trabalha. Já trabalhou no Estado. Ele faz com que a farmácia fique mais alegre, porque ele é músico, toca piano, e tem, inclusive, um projeto social nessa área. Então, ele leva a farmácia e a música juntos, num projeto de extrema qualidade.

Eu, que gosto de jogar tênis de vez em quando, tenho uma colega farmacêutica com que jogo há muitos anos, a Lara, que, hoje, está-se aposentando no Sanatório Partenon. Agora, está no Colônia Itapuã, onde desempenha, há muitos anos, um excelente trabalho. Também tenho a satisfação de estar na Coordenação da ADS, na Dermatologia Sanitária do Estado, e ali nós temos uma farmácia que dispensa um grande número de medicações por mês – são mais de 10 mil dispensações de medicações mensais –, e ali temos a farmacêutica Silvana, uma grande parceira, que trabalha muito bem, com muito carinho, com aquelas pessoas, porque ali vivemos, como a Ver.^a Jussara falou anteriormente, muito presente a questão da hepatite, do HIV, das pessoas com imunodeficiência, das doenças da dermatologia, das doenças sexualmente transmissíveis, e sabemos que é realmente necessária e importante a presença do farmacêutico diuturnamente no local onde está sendo dispensada a medicação.

Então, eu queria saudar a nossa iniciativa enquanto Governo da Cidade para fazer com que estes cargos sejam criados, sabendo que precisamos mais, como a saúde pública, realmente, precisa sempre de muito mais, mas, com certeza, é uma iniciativa positiva e

vai fazer com que muitas pessoas sejam mais dignamente atendidas na cidade de Porto Alegre. Obrigado, saúde para todos!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLE nº 031/15.

O SR. DR. THIAGO: Quero, não podia ser diferente, me posicionar sobre este assunto que diz respeito à ampliação de uma carreira importantíssima no Município de Porto Alegre, que é a carreira de farmacêutico. Eu quero ratificar meu posicionamento, Ver.^a Lourdes, desta tribuna, que sempre foi contrário ao fechamento dos dispensários nos postos de saúde. Em determinado momento, Ver. Dr. Goulart, se quis fechar os dispensários, deixar de dispensar remédio nos postos de saúde, e eu sempre fui contrário a esse posicionamento, passar a dispensar antibiótico, anti-hipertensivo, antidiabético somente nas farmácias distritais. E eu fui sempre contrário e continuo contrário a isso. Eu acho, creio e tenho convicção de que, cada dia mais, nós temos que qualificar os dispensários nos postos de saúde. De que forma? Com a inserção do profissional farmacêutico lá. E esse é um ponto fundamental. E se, porventura, nós não tivermos, Ver. Dr. Goulart, um farmacêutico para cada posto de saúde, que nós possamos ter regionalmente – e acredito que com a criação dessas vagas nós temos possibilidade de adequar isso – um farmacêutico, dois, três que possam responder não só pelas farmácias distritais, mas também pelos dispensários em cada posto de saúde.

Quero dizer também aqui, Ver.^a Sofia, que sou contrário à terceirização. Sou contrário à terceirização do serviço de saúde. Acho que atividade-fim tem que ser exercida pelo profissional da saúde, por isso que eu sou contra o Mais Médicos. O Mais Médicos nada mais é do que a terceirização da saúde de uma outra atividade importante, que é a atividade médica, porque temos que trabalhar de forma transversal e multidisciplinar.

Então, com esta fala quero enaltecer a mobilização de vocês. Esse tipo de projeto só nasce a partir da pressão das organizações constituídas dos profissionais de categoria em cima dos Poderes Públicos constituídos, ainda mais quando se criam cargos, e aqui é importante dizer que nosso posicionamento é favorável porque não são cargos comissionados. Nós temos que diminuir, nos setores públicos estadual, municipal e

federal, os cargos em comissão. Temos que fazer assim como esta Casa faz: a grande maioria dos seus profissionais é profissional de carreira da Casa. Esse meu posicionamento advém também dessa situação.

Então, acho que estes três aspectos são importantes colocarmos: a manutenção dos dispensários nos postos de saúde; a necessária contratação de servidores públicos de carreira, evitando a terceirização em setores estratégicos; e, sem dúvida nenhuma, a ampliação do quadro funcional em detrimento aos cargos em comissão.

Parabéns a vocês pela mobilização, parabéns aos farmacêuticos, que, sem dúvida nenhuma, são fundamentais para que os grandes centros desses processos, que são os pacientes, possam ter um tratamento adequado. Parabéns a todos vocês. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Reginaldo Pujol: Para constar em ata, Sr. Presidente, nós concordamos com as manifestações que ocorreram até agora, vamos votar a favor, só não iremos discutir a matéria para não repetir tudo o que de bom foi dito a respeito do propósito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Está feito o registro. O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra para discutir o PLE nº 031/15.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Sr. Presidente, na mesma esteira do Ver. Pujol, não fazendo uso dos cinco minutos regimentais, mas não poderia me furtar de também fazer menção à presença de todos os que aqui representam os sindicatos, enfim, o Everton Borges, membro da Comissão Parlamentar do Conselho Federal de Farmácia, e também o Dr. Leandro Moura de Carvalho, assessor jurídico do Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Sul. Quero dizer que fui o Relator deste projeto, Ver. Dr. Raul, na nossa Comissão de Constituição e Justiça, obviamente atendendo o Parecer preliminar da assessoria jurídica da Casa pela inexistência de óbice, até mesmo porque essa criação de cargos, no que diz respeito aos cargos de farmacêutico, em não existindo, resultava num impedimento da expedição da certidão de regularidade técnica do Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Sul, o que colocava as farmácias do nosso Município na iminência de fechamento. Portanto, a criação simplesmente traz a necessidade, a importância do tema que nós estamos tratando e, mais do que isso,

pág. 27

muitas vezes se pensa que se criam cargos, mas aqui nós estamos trazendo uma economia para o Município a partir do momento em que muito se perdeu ao não ter o farmacêutico lá na farmácia, lá nos postos de saúde, lá nas unidades. E nós temos hoje – é importante destacar – os serviços de farmácia presentes na própria rede hospitalar, contando com duas farmácias hospitalares, uma no HPV, uma no HPS; dez farmácias distritais, uma farmácia homeopática, três farmácias HIV/Aids e 144 farmácias de Unidade de Saúde. E aí vai, são três Unidades de Pronto Atendimento 24 horas à população do Município.

Então, é realmente importante o que hoje está sendo votado, é uma conquista para os farmacêuticos, uma conquista para o Sindicato, é fruto do movimento junto ao Executivo, ao Legislativo. Parabéns a vocês e também ao Legislativo, nesta tarde, por estar travando aqui um debate tão importante e hoje obtendo uma conquista fundamental para a população de Porto Alegre. Parabéns aos porto-alegrenses, que têm aí um passo de conquista e, com certeza, o próximo passo será um farmacêutico por posto de saúde. Muito obrigado e um abraço a todos! (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Kevin Krieger está com a palavra para discutir o PLE nº 031/15.

O SR. KEVIN KRIEGER: Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público presente, principalmente os farmacêuticos que vieram acompanhar a votação deste Projeto, que faço questão de dizer que é do Governo Municipal de Porto Alegre, Projeto de Lei do Executivo Municipal. Mas faço questão também de salientar, numa conversa que tive com Fernando Ritter, nosso Secretário Municipal, que este projeto foi construído junto com o Conselho de Farmácia e também com o Conselho Municipal de Saúde. Foi uma construção coletiva entre os conselhos municipais da área, a Secretaria Municipal de Saúde e também teve dentro do Governo uma olhar especial, como tem tido, Ver.^a Jussara Cony, para todos os projetos da área da Saúde que nós temos votado nesta Câmara de Municipal, e não foram poucos neste ano. E nós, que estamos na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, temos trabalhado em conjunto todos os Vereadores que participam desta área, e também neste plenário,

pág. 28

quando se trata do tema da Saúde, normalmente, nós temos a unidade dos Vereadores em todos os processos. Então, faço questão aqui de fazer este pronunciamento, porque o Governo Municipal tem investido fortemente na área da Saúde. E queria falar para o meu amigo, meu parceiro, Dr. Goulart, que esteve nesta tribuna há pouco e disse que estava espantado, que não vê ninguém falar sobre o chamamento dos técnicos de enfermagem. Querido amigo Dr. Goulart, se tem algo que está sendo trabalhado dentro do Governo, até o dia 11 de janeiro, que esse é o prazo que nós temos, Dr. Thiago, Dr. Raul, é o chamamento dos técnicos de enfermagem, que foi um projeto de criação dos nossos cargos de técnicos de enfermagem. Tenho falado diariamente com o Vice-Prefeito, e, na última reunião que nós tivemos para tratar da sanção do projeto da GIM para os médicos aposentados, nós falamos – o Thiago, tu, eu, o Raul – sobre a importância de chamar os técnicos de enfermagem. Então, não te espanta, meu amigo, vamos juntos fazer com que o nosso Governo possa fazer mais esse esforço na área da Saúde. É importante o apoio de todos nossos médicos dessa área e desta Câmara de Vereadores que possam estar juntos conosco, porque as dificuldades financeiras são grandes no Município, mas, sem dúvida, este projeto das farmacêuticas e farmacêuticos, como o projeto dos técnicos de enfermagem, como o projeto da GIM para os aposentados a partir de 2010, 2011; e tantos outros que passarem nesta Câmara de Municipal, Jussara, nossa farmacêutica. Nós fizemos questão, em um colegiado de Vereadores, todos líderes de partidos desta Casa, de votar o projeto hoje, porque a farmacêutica desta Casa, Líder de oposição, estava na Conferência Nacional de Saúde, e fizemos questão de que tu estivesses conosco pelo respeito que o Governo tem com todos os Vereadores desta Casa, porque tu também foste, junto com todos os nosso líderes de dentro do Governo, Secretários, trabalhadores, Conselhos, uma grande parceira nesta luta. Então, nosso respeito e nossa admiração e o carinho por essa lutadora da saúde e a todos que estão aqui conosco. Com certeza, hoje, nós teremos a provação por unanimidade nesta Casa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLE nº 031/15.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Uma boa tarde a todos e a todas. Na verdade, devo utilizar menos de dois minutos, mas não podia deixar de fazer esta saudação. Não quero repetir todos os argumentos no sentido positivo da aprovação do projeto, mas quero fazer, não um agradecimento, porque não foi feito para mim, nem para o nosso mandato, mas para a Cidade, que foi o apoio integral do Conselho Regional de Farmácia ao projeto de lei aprovado nesta Casa, agora em vigor porque já sancionado pelo Prefeito, que prevê a proibição da contratação de empresas que tenham feito doação para a campanha eleitoral. O Conselho Regional de Farmácia, quando procurado, quando soube da notícia, junto com a Associação de Juízes do Rio Grande do Sul, CUT e uma série de entidades, manifestou o seu apoio ao projeto. E mais que isso, a diretoria saúda o Maurício em nome de todos, que fez uma campanha também nesse sentido, uma campanha em que não aceitou recursos de empresas para a sua campanha eleitoral, porque logicamente há um conflito de interesses. Talvez haja uma tese contrária, mas não há como não ter um conflito de interesses se você fiscalizará justamente aquela empresa que pode ser uma doadora de campanha eleitoral ainda que de um Conselho Regional ou de alguma categoria profissional.

Portanto, quero fazer esse agradecimento não em nome próprio, mas em nome da Cidade, que merecia o apoio do Conselho Regional de Farmácia. Quero parabenizar a chapa, que, lançando essa tese, foi vitoriosa na eleição. Eu acho que é uma demonstração da alta democracia a vitória dessa chapa de situação que teve a coragem de não aceitar recursos das empresas que são por eles fiscalizadas. Parabéns! Vamos aprovar um projeto tão importante que trata de recuperar as funções públicas de Estado muito mais no campo da saúde. Acredito que não haverá nenhum voto divergente em relação ao projeto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação o PLE nº 031/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

Apregoo Mensagem Retificativa, de autoria do Executivo Municipal, ao PLCE nº 022/15.

Apregoo Requerimento de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger, solicitando renovação de votação do PLCL nº 004/15.

Aprego a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Engº Comassetto, ao PLL nº 185/15.

Aprego a Emenda nº 12, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, ao PLCL nº 020/11.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Alberto Kopittke que solicita a retirada de tramitação do PLL nº 222/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 185/15. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 185/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 185/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Engº Comassetto: Sr. Presidente, eu quero aproveitar esta oportunidade e agradecer aqui o voto dos colegas Vereadores e Vereadoras e convidar a todos, que a comunidade da Lomba do Pinheiro está realizando uma homenagem ao então Deputado Adão Preto, à 5ª Semana Adão Preto, que começa no domingo, dia 13, e se estende até o dia 18, e, entre elas, é poder anunciar que esta Casa votou o nome da Rua Adão Preto. Eu quero lhe entregar a programação para que possa ficar nos Anais da Casa. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Está feito o registro. Em discussão o PLCE nº 004/14. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação a Emenda nº 1 ao PLCE nº 004/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLCE nº 004/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

Em discussão o PLCL nº 020/11. (Pausa.) O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLCL nº 020/11.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu quero acentuar alguns aspectos desse projeto que foi amplamente discutido em oportunidade anterior, restando poucos oradores que ainda podem se manifestar neste momento de discussão. E eu quero esclarecer à Casa que o projeto, nesse interregno que

ficou entre o mês de setembro que esteve aqui para ser votado e que acabou sendo postergado, teve uma alteração fundamental. Essa alteração foi uma ampla negociação que foi feita entre vários segmentos envolvidos no projeto que culminam com a proposta por nós apresentada no sentido da retirada do alcance do projeto de lei que vai ser votado aqui na Casa, da linha projetada do metrô.

Esse fato segue duas vertentes: de um lado, há pessoas que entendem que o metrô, nas condições que se encontram hoje o País e o Estado, só se poderá viabilizar por uma operação concertada, já que os próprios índices a serem gerados nessa área serão objetos de comercialização e justificativa para o empreendimento a ser realizado na ordem de R\$ 5 bilhões a R\$ 6 bilhões. De outro, Ver. Cecchim, há um certo ceticismo da parte daqueles que entendem que, nas circunstâncias atuais do País, do Estado e, conseqüentemente, do Município, arrecadar esses valores, levantar esses valores para esse vencimento de duração prolongada – porque a implantação de uma linha de metrô leva, no mínimo, seis ou sete anos – é quase que impossível nos tempos atuais. Então, evitando essa incompatibilidade, se retira por emenda a linha do metrô e se abre espaço para que outras emendas que foram apresentadas ao longo do debate se viabilizem e se valorizem, entre as quais a que inclui as linhas do BRT na posição que eram as linhas do metrô, dado que, no que diz respeito às linhas do BRT, a expectativa de que, em curto prazo, elas estejam em funcionamento, é uma realidade muito mais plausível nos dias atuais, na medida em que os corredores estão em adiantado estado de conclusão, e a própria licitação feita para o transporte coletivo urbano na cidade de Porto Alegre já previa essa circunstância, Ver. Dr. Raul Fraga.

Então, Sr. Presidente, esse projeto que recebeu mais de 11 emendas, algumas das quais serão retiradas, especialmente a Emenda nº 10, do Ver. Comassetto, a quem homenageio por ter madrugado na análise e atuação neste projeto, quando propôs uma transação especial para a linha do metrô, essa mesma linha de metrô que agora estamos retirando, e que haveria de ter uma situação especialíssima que iria ser, obviamente, justificada e sustentada por V. Exa. na tribuna. Mas V. Exa. foi muito solícito, compreendeu essa circunstância, e acredito que já tenha diligenciado a retirada da Emenda nº 01.

O Sr. Engº Comassetto: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Sr. Presidente, quero primeiro dizer que a emenda que fiz é defendendo um conceito de cidade. Qual é o conceito que se discute? Se vai haver um metrô e há as licitações do metrô, eu havia proposto que a sua proposta incidisse em um raio de 500 metros em torno das estações. Ali, sob o meu ponto de vista e sob um conceito de sustentabilidade de Cidade, é onde devem estar morando as pessoas, é onde deve estar o comércio, é onde devem estar os serviços. É importante que se tenha esta possibilidade: desembarcar do metrô, comprar na padaria, consultar o dentista. Então é uma questão conceitual. Como o tema do metrô tem o acordo de ser retirado, obviamente estou retirando, também, a emenda.

O SR. REGINALDO PUJOL: V. Exa. foi fidedigno no seu aparte, retratando com exatidão o que ocorreu nas nossas negociações até o presente momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Reginaldo Pujol prossegue a sua manifestação de discussão do PLCL nº 020/11, a partir deste momento, por cedência de tempo deste Vereador.

O SR. REGINALDO PUJOL: Eu agradeço a Vossa Excelência. Essa informação que eu trago à tribuna de que nós estamos retirando a linha de metrô do debate e isso provoca, inclusive, a necessidade de uma subemenda que a Ver.^a Jussara Cony deve estar providenciado a esta hora. Nós expusemos para ela as circunstâncias, para que a sua emenda incida especificamente sobre a linha da 3ª Perimetral, que é o primeiro item da nossa proposta, e não mais sobre a linha de metrô, que vai desaparecer em função dessa emenda supressiva que nós estamos propondo, em consonância com as várias lideranças que discutiram a matéria.

Tudo isso, Sr. Presidente, nos leva à tranquilidade de que se trata de um projeto maduro, na medida em que foi proposto em 2011, recebeu, Ver. Nereu, toda uma série de discussão, aceitando as mais diversas propostas de alteração, algumas das quais não formaram consenso – o Plenário, inclusive, decidirá a sua manutenção ou não –, mas restaram todas as greis políticas com representação na Casa para trabalharem sobre a matéria. Assim, Sr. Presidente, nós temos a expectativa de que essa proposta, que,

fundamentalmente, busca adensar determinadas áreas de Porto Alegre, onde a infraestrutura está inteiramente colocada, onde o Poder Público fez grandes investimentos – como é o caso da 3ª Perimetral –, possa, agora, com aproveitamento das áreas ainda remanescentes – muitas das quais decorrentes, inclusive, de sobras de desapropriação –, permitir um adensamento com a melhor utilização do instrumental ali instalado, durante um tempo, que possa, inclusive, fazer com que o desenvolvimento urbano de Porto Alegre fique mais concentrado, mais priorizado na 1ª Macrozona e adjacências, e se suste, por algum tempo, esse alongamento para as áreas periféricas de Porto Alegre, onde o surgimento de áreas habitacionais mais recentes acabam por provocar a necessidade da incrementação da infraestrutura com novos investimentos a serem solicitados ao Poder Público, que, no momento, se encontra com sérias dificuldades de assim proceder. A matéria, ao contrário do que alguns podem imaginar, não mexe em índice previsto pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, simplesmente mexe, altera a forma de aquisição do polo criado, criando uma alternativa que se ajusta melhor à realidade do cotidiano e simulando, inclusive, a plena utilização dessa área, criando, de forma objetiva, aquela figura da revitalização que nos fala o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, dando um passo a mais, um avanço, no sentido de que a nossa Porto Alegre, que, num determinado momento, teve um desenvolvimento muito acentuadamente para fora do seu eixo de desenvolvimento habitual, possa maximizar por inteiro as áreas ainda disponíveis, criando um adensamento, uma boa área de convivência e, sobretudo, um melhor aproveitamento do solo urbano de Porto Alegre.

A Ver.^a Mônica Leal, colaborando com o projeto de forma muito expressiva, colocou uma emenda de grande sabedoria. A sua condição de ex-Secretária da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul aguçou a sua sensibilidade a ponto de retirar, na extensão da 3ª Perimetral, que é o objeto principal do projeto, aquelas áreas preservadas como Áreas de Interesse Cultural, como exemplo, a Praça do Japão, que ficam automaticamente excluídas do processo, como um todo, em função dos efeitos da emenda proposta por V. Exa., cuja aprovação estou recomendando por ser uma contribuição valiosíssima que o projeto recebeu de sua parte. Como valiosíssimas também são as contribuições das emendas de outros Vereadores, entre os quais eu não posso deixar de nominar o Ver. Thiago e o Ver. Cassio, e cada um, a seu modo, procurou dar uma colaboração objetiva ao projeto, cito também o Ver. Márcio Bins Ely; todos procuraram contribuir. E, como eu

disse, essas contribuições vão ser avaliadas por nós agora, na votação e, com muita certeza, Ver. Goulart, acolhidas na sua totalidade ou na sua grande maioria. Todos nós estamos contribuindo, Ver. Ferronato, para que as coisas aconteçam nesta Cidade da forma mais tranquila possível, num período crítico da vida nacional, num período crítico da vida do Estado, em que a economia está desgastada, quando nós precisamos, de todas as formas possíveis, estimular, logicamente dentro da lei, e criar condições objetivas para o incremento das atividades econômicas, sem as quais não iremos superar o grande desastre econômico que tem sido vitimado o nosso País nos últimos tempos. Era isso, Sr. Presidente, muito obrigado pela colaboração de todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir o PLCL nº 020/11.

O SR. CASSIO TROGILDO: Boa tarde, Sr. Presidente dos trabalhos, Ver. Paulo Brum, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos acompanha nas galerias, este projeto do Ver. Reginaldo Pujol trata, Ver. Villela, do conceito de cidade que nós esperamos. Recentemente nós aprovamos, Ver. Dr. Thiago, o restabelecimento da Zona Rural, e tem-se feito muito a discussão de se reeditar algumas Áreas de Interesse Social que estavam previstas lá na Zona Rural. Nós temos, na Cidade, quase 50% do território, Ver. Kevin, que é área de ocupação rarefeita. Então, na verdade, o que nós estamos tratando aqui é onde adensar a Cidade, onde colocar as pessoas que precisam morar. O nosso Plano Diretor vigente, que foi aprovado em 1999, revisado em 2010, coloca, Ver. Nereu, uma possibilidade de índice construtivo três na maioria das ruas arteriais da Cidade, Ver. Márcio, logicamente que com o pagamento, com a compra da diferença desse índice. Dou um exemplo: na 3ª Perimetral, onde nós temos corredor de ônibus, onde nós temos infraestrutura instalada. Lá os índices variam entre 1,4 e 1,9, mas o Plano Diretor já diz que nós podemos chegar a 3, com a devida aquisição, pagamento, compra do Solo Criado. O projeto do Ver. Reginaldo Pujol está dando um estímulo para que, nessas áreas, onde já há essa previsão legal da compra, possa se fazer a aquisição, Ver.ª Mônica, diretamente no balcão: poderá o Executivo autorizar a compra no balcão, Ver.ª Sofia. Por que isso? Porque quando saem os grandes leilões, alguns investidores vão lá e

pág. 35

compram solo criado. Se alguém precisa fazer um projeto na perimetral, tem que participar de um futuro leilão; mas esse tempo não existe, ele acaba comprando de quem comprou no leilão, por um valor acima do valor de mercado, do valor de balcão. Então, o projeto de lei diz que “poderá” ser adquirido diretamente no balcão. O que significa, Ver. Mendes Ribeiro, o “poderá”? O Executivo Municipal, o órgão que regula isso, que é a Secretaria Municipal de Urbanismo, decidirá se um projeto que está tramitando e que precisa da compra de índices poderá adquirir diretamente no balcão pelo valor estipulado, que é o valor de mercado, ou terá que aguardar, Ver. Bernardino, um leilão para aquisição desses valores.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado pelo aparte, Vereador. Quero cumprimentá-lo, porque tem fundamento, sim. Quem vai construir precisa do índice daquele local, exatamente. Quero cumprimentá-lo.

O SR. CASSIO TROGILDO: Perfeito. Ver. Dr. Goulart.

O Sr. Dr. Goulart: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Cassio, quero cumprimentá-lo também por estar explicando bem, para que a gente faça uma votação consciente. Eu, que não sou a favor de construção na Zona Rural, sou plenamente favorável nessas áreas e entendo que elas devem ser ocupadas para habitação.

O SR. CASSIO TROGILDO: Perfeitamente. Então, o objetivo do projeto é justamente esse: facilitar o adensamento onde existe a infraestrutura. Originalmente o projeto previa a linha do metrô, que não existe ainda. O Ver. Reginaldo Pujol está suprimindo a questão da linha do metrô e mantendo a perimetral, e eu fiz uma emenda que inclui os BRTs pelo mesmo fundamento: as ruas que compõem linhas de BRTs são locais onde já existe a estrutura de circulação, onde a Cidade está com a sua infraestrutura consolidada.

Há uma outra emenda – a Emenda nº 02 – que destina 100% dos recursos advindos da venda dessa diferença de índice para o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social. Hoje já existe essa previsão, Ver.^a Jussara. No Solo Criado, por disposição legal, 90% desses valores têm que ir para o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

Só que nós tivemos o Executivo fazendo alguns leilões e não destinando nenhum desses valores para a habitação popular. Então, neste caso, em vez de 90, nós estamos com uma emenda que destina 100% desses valores para o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social para que possamos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Cassio Trogildo prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, por cedência de tempo do Ver. Dr. Goulart.

O SR. CASSIO TROGILDO: Obrigado. Nós precisamos de mais recursos no Fundo Municipal da Habitação de Interesse Social para fazermos as regularizações fundiárias, para fazermos, talvez, a compra de áreas demandadas no Orçamento Participativo, para podermos regularizar as diversas ocupações que existem na Cidade. Portanto, precisamos de uma fonte de recursos, que já está prevista legalmente na nossa legislação, que é a venda de Solo Criado. Todo o valor do Solo Criado, Ver. Aírto Ferronato, precisa ir para o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social. Então, estamos com a Emenda nº 02, que será a primeira emenda a ser abordada, pois o Ver. Comassetto, mediante um acordo, retirou a sua Emenda nº 01, que tratava da Linha do Metrô. Como o item está sendo suprimido do projeto, o Ver. Comassetto, dialogando conosco, retirou a Emenda nº 01. Então, a Emenda nº 02, de minha autoria, será a primeira a ser abordada. Repito: ela destina esses recursos da diferença da venda do índice permitido para o índice 3 para o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social. E a próxima Emenda, a de nº 03, inclui no escopo do projeto, pelos mesmos argumentos, as Linhas do BRT, para que, nessas linhas, Ver. Aírto Ferronato, esta mesma disposição que já existe no Plano Diretor, de o índice poder ser até 3, que a aquisição desta diferença possa ser depositada no Fundo Municipal de Habitação e possa haver a compra direta no balcão, se assim o Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Urbanismo, entender. Se houver muitos empreendimentos, se o mercado estiver favorável à venda por leilão, significa que o Executivo, então, decidirá fazer um leilão e as pessoas poderão participar do leilão. Sendo um empreendimento menor, o mercado desaquecido, nós tivemos um exemplo recente, nós tivemos três leilões para aquisição de solo criado, dois deles renderam para o Município mais de R\$ 100 milhões em retorno de venda de solo criado. No terceiro leilão, como o mercado estava estabilizado, foram ofertados R\$

pág. 37

100 milhões e houve aquisição de apenas R\$ 15 milhões, ou seja, não é a todo momento. Isso é elasticidade de mercado, é um princípio econômico em que ninguém vai ficar comprando e estocando, se não tem capacidade de mercado para absorção desses índices. Então com esse dispositivo de que poderá o Executivo vender no balcão, nós resolvemos, e, por uma previsão legal, deixamos a decisão para a Secretaria Municipal de Urbanismo. Meu muito obrigado. É um bom projeto, Ver. Cecchim, daqueles que temos dificuldade na Casa de encontrar. E, para finalizar, é um projeto que está tramitando desde 2011, portanto temos quatro anos de acúmulo de acompanhamento para podermos chegar a esta data e fazermos a votação e aprovarmos esse importante projeto do Ver. Reginaldo Pujol. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria da Ver.^a Jussara Cony, à Emenda nº 07 ao PLCL nº 020/11.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Eng^o Comassetto, solicitando que retirada de tramitação a Emenda nº 01 ao PLCL nº 020/11

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 10 ao PLCL nº 020/11.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCL nº 020/11.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, escutei atentamente o Ver. Pujol que, com muita calma, com muita experiência, com muita sabedoria explicou o projeto. O Ver. Cassio Trogildo teve uma ideia excelente, e explicaram tecnicamente como vai funcionar e nos explicaram bem, não é, Ver. Nereu? Vejo que V. Exa. está me sinalizando. Foi muito bem explicado. A cidade de Porto Alegre tem que ter essa inteligência e tem, através deste projeto, que aproveitar a infraestrutura instalada para que se faça, se adense, e isso não é dado de graça para quem vai adensar, quem vai ajudar a Cidade, e tem que se olhar por esse lado, Ver. Paulinho Motorista. Com esse dinheiro, nós podemos parar de mandar aqueles conjuntos habitacionais lá para longe, adensando mais esta infraestrutura que já está pronta, o Município terá mais condições de fazer mais habitações populares inclusive, ou principalmente. Eu acho que está na hora de olharmos a Cidade como um todo e vermos

que dá para a Cidade ganhar, para a população mais pobre ser beneficiada, e para que as vias que já têm a infraestrutura pronta possam ser melhores aproveitadas, para que se possa morar mais perto, para que se possa ter ônibus na porta, o BRT na porta da casa, do escritório, porque a Av. Carlos Gomes e nas ruas perto da avenida não são só para moradias, tem muito escritório e tem muitas pessoas que vêm de longe para trabalhar nessas vias, e nós temos que facilitar para essas pessoas que vêm trabalhar.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Lembro a V. Exa. que nesse projeto tem uma emenda, a qual subscrevemos, que trata de disciplinar as instalações dos elevadores em prédios antigos, prédios de até quatro pavimentos. Muitas famílias moram lá há 25, 30, 40 anos, e hoje essas pessoas precisam de uma melhor acessibilidade, e uma possibilidade de instalação de elevadores nesses prédios já construídos, atendendo minimamente às questões de segurança, isso vai, com certeza, facilitar a vida da população de um modo geral. Quero cumprimentá-lo porque somos os autores dessa emenda. Só para não deixar passar sem fazer este comentário, em razão de que não vou me inscrever para ir à tribuna discutir a matéria. Obrigado, Vereador.

O SR. IDENIR CECCHIM: Obrigado, Ver. Bernardino, com muita honra, sou seu consorte nessa emenda de facilitar esses edifícios mais antigos e permitir que se coloquem esses elevadores naqueles que queiram colocar o elevador, naqueles que têm necessidade de colocar o elevador. Acho que V. Exa. foi muito feliz quando iniciou a emenda e me convidou para participar, eu concordei plenamente e acho que isso é uma forma de modernizarmos a Cidade, para que as pessoas possam ter mais conforto. Por isso, voto nas emendas e voto no Projeto, e defendo o Projeto e defendo as emendas. Obrigado. (Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Jussara Cony reassume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 11 ao PLCL nº 020/11.

O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLCL nº 020/11.

O SR. DR. THIAGO: Caros colegas Vereadores e Vereadoras, eu venho muito nesse esteio que o Dr. Goulart acabou de mencionar aqui. Nós temos um pensamento muito parecido com relação às questões habitacionais e de intensificação de moradia. Em algum local da Cidade, como a Cidade cresce, nós teremos que intensificar a moradia. E de preferência em locais próximos de onde a mobilidade urbana é maior. E preservarmos áreas de refúgio natural, como é o caso da Zona Rural. Então, não há aqui nenhuma incongruência entre os pensamentos, como senhor muito bem colocou aqui anteriormente. Nós somos favoráveis à intensificação, ao aumento da intensidade da moradia nessas regiões onde a mobilidade urbana é maior, e somos contrários às AEIS 3 na Zona Rural, onde já ficou gravado que lá é para se ter atividade rural, como o próprio nome diz. Lá, Dr. Goulart, não existe água para todo mundo, hoje; não existe esgoto para todo mundo; não existe creche para todo mundo; não existe educação para todo mundo; não existe saúde para todo mundo; não existe mobilidade urbana para todo mundo. Então, nós temos que intensificar em algum local. E aqui, por coerência, o lógico é que façamos isso.

Com relação à questão dos recursos, nós temos uma emenda a esse projeto que, exatamente, prioriza a questão do Hospital Presidente Vargas, Dr. Goulart, e do HPS. Destinar a possibilidade de que esses hospitais possam ter um reaparelhamento, um reequipamento, a partir dessas situações. Então, eu me posiciono aqui, com muita tranquilidade, favoravelmente a esse projeto por convicção e por coerência.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLCL nº 020/11.

O SR. AIRTO FERRONATO: Caro Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores que estão conosco nesta tarde, nossos telespectadores e nossos ouvintes; nós estamos aqui analisando e vamos votar um projeto que é de extrema

importância para a cidade de Porto Alegre e, por isso, nós, do PSB, votaremos favoravelmente ao projeto. Aqui já se falou bastante sobre o tema, apenas quero justificar que encaminhei a Emenda nº 05, que dizia que na rota do aeroporto se preservaria a legislação federal. Conversando há pouco tempo com o pessoal afeito ao tema, fiquei sabendo que existe tratativa entre o Governo Municipal e a União, no caso, o nosso Comando Aéreo, no sentido de viabilizar algumas flexibilizações para essas regras. Isso se estaria negociando em termos de País. Portanto, se nós deixássemos e aprovássemos essa Emenda nº 05, de minha autoria, nós estaríamos com isso inviabilizando qualquer possibilidade de flexibilização da lei federal e de intervenção das questões locais, porque diríamos que deveriam ser seguidas as regras como lá estão. Portanto, compreendendo esta argumentação, que tem fundamento, sim, e que alarga a possibilidade do Município, através do Poder Executivo, de o Prefeito Municipal conversar sobre essas regras, eu estou informando a V. Exa. que estou retirando a Emenda nº 05. Um abraço e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLCL nº 020/11, por cedência de tempo do Ver. Mendes Ribeiro.

O SR. DR. THIAGO: No esteio do que nós conversávamos, para poder construir um consenso, Ver. Cassio, com relação a essas emendas de destinar parte do recurso advindo do Solo Criado para os dois principais hospitais de Porto Alegre, hospitais públicos municipais, cem por cento SUS, o HPV e o HPS, que, efetivamente, precisam desses recursos para equipamentos, para as reformas nos ambientes cirúrgicos e de internação, para poder prestar um melhor serviço à saúde municipal... Eu quero aqui saudar, eu acho que o importante é o entendimento, os nossos objetivos sempre são de melhorar os serviços da Cidade, e o HPV, sem dúvida nenhuma, com a possibilidade de obter esses recursos, certamente vai poder prestar um melhor serviço à população de Porto Alegre. A gente observa – o Dr. Raul tem trazido aqui – as necessidades vinculadas ao bloco cirúrgico do HPV, aos serviços inovadores e de ponta, com profissionais extremamente capacitados, para o que, às vezes, faltam equipamentos. Por exemplo, Ver. Pujol, o equipamento de videolaparoscopia, para fazer cirurgia por vídeo, o que diminui o tempo de internação, o que diminui a possibilidade de infecção e de

complicações no pós-operatório, ele necessita ser implementado naquele hospital. Certamente, a direção do hospital, a Secretaria Municipal da Saúde vão poder destinar esse recurso para que isso possa acontecer. A reforma necessária – o senhor esteve lá, Dr. Goulart – e que precisa de recursos, para um reordenamento do centro obstétrico do hospital, é fundamental para a saúde da Cidade, para a saúde das mulheres que vão lá para ganhar os seus filhos. Isso vai acabar contemplando um contingente extremamente alto de pacientes.

Eu acho muito louvável que a gente possa construir emendas, construir entendimentos a partir de ideias para aumentar e melhorar a qualidade de vida das pessoas na Cidade. Quero saudar aqui, Ver. Pujol, o entendimento e quero dizer que, sem dúvida nenhuma, isso vai fazer uma grande diferença na prestação de serviço daquele hospital, tanto do HPS quanto do HPV, que precisam muito disso para realmente, a cada dia mais, prestar um serviço melhor a nossa população.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Apregoo o Requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato, solicitando retirada de tramitação da Emenda nº 05 ao PLCL nº 020/15.

Apregoo o Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 02 e nº 03 ao PLCL nº 020/15.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLCL nº 020/11, por cedência de tempo do Ver. Tarciso Flecha Negra.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereadores presentes, senhores e senhoras, agradeço o Ver. Tarciso pela possibilidade de voltar ao debate deste tema, porque já faz algum tempo que este projeto esteve em plenário e quero levantar alguns questionamentos. O princípio, ele não é um princípio incorreto, o princípio de densificar em torno das grandes avenidas e dos equipamentos públicos de maior volume. Inclusive, eu me lembro que o debate do metrô para a Zona Sul não avançou com o Governo Federal, porque não tinha povo suficiente para sustentar um metrô, um trem de larga escala, e portanto não seria viável, e que a Zona Norte era mais indicada. Acho que bem que foi retirado esse projeto do metrô, porque não tem perspectiva de sequer se pensar e começar a construir, mas eu faço a mesma pergunta em relação aos BRTs. Onde estão os BRTs? Qual é o tempo de os

BRTs virem a funcionar, onde estão os ônibus? Porque até agora nós só vimos obras no chão, asfalto no chão, feito e refeito, Ver. Prof. Alex, feito, quebrado, refeito, conturbando a Cidade, investimento público e a Av. Osvaldo Aranha, a Av. Protásio Alves engarrafadíssimas, a Av. Bento Gonçalves engarrafassíma, completamente conflituada e, se um projeto como esse é aprovado agora, nós só vamos piorar a situação do entorno dessas avenidas. Porque a perspectiva do BRT, ninguém sabe qual é, ninguém sabe qual é. Então, essa é uma das questões que nós temos que contemplar no projeto. A validade dele é a partir dos BRTs serem uma realidade. E eu espero que possamos construir com responsabilidade o impacto nesta Cidade. Em segundo lugar – acho que já está sendo corrigido –, eu entendo que o tema dos índices construtivos da cidade de Porto Alegre têm um déficit habitacional absurdo, nós estamos com conflitos sociais gravíssimos em toda a Cidade, por ocupações urbanas, porque as pessoas não têm política habitacional nesta Cidade. As poucas construções vinculadas à habitação popular estão na periferia da periferia da nossa Cidade, são do Minha Casa, Minha Vida e são muito poucas, muito poucas, com problemas sociais graves, porque a gentrificação, o deslocamento da população mais pobre, trabalhadora, para muito longe dos equipamentos traz problemas extras para a cidade de Porto Alegre, seja no tema da violência, seja no tema do transporte urbano, e traz sacrifício para a população mais pobre. Então, está equivocada a política, nós defendemos o uso do índice construtivo para adaptar prédios e usar espaços nos centros, no centro urbano, nos centros com infraestrutura, que é o que se quer aqui, para fins de quem pode construir e quem pode comprar. Então, eu não concordo com o índice colocado na saúde, ao contrário, nós precisamos saber o quanto está sendo investido em habitação, neste caso. Quero tratar do tema do leilão de índices. O Plano Diretor estabelece um limite para a compra em balcão, é um limite baixo. Por quê? Porque, no Brasil, a Lei nº 8.666 estabelece que bem público será vendido de forma republicana, será colocado à disposição por leilão. Então, eu não acho que possamos votar uma lei inconstitucional, Ver. Pujol, criar a exceção, a exceptualidade e vender bem público no balcão a qualquer valor. Isso não pode uma Câmara de Vereadores fazer. A minha emenda prevê que será por leilão, e a Prefeitura organiza os leilões direcionados para determinado empreendimento. Esta é a minha opinião.

O Sr. Cassio Trogildo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Ver.^a Sofia, muito rapidamente, até para que não paire nenhuma dúvida aqui. Ninguém está propondo que se venda por qualquer valor, existe um valor de balcão. E, hoje, o nosso Plano Diretor já estabelece venda direta até um limite. O que se está estabelecendo no projeto é que poderá esse limite, de acordo com o interesse do Executivo, vender pelo valor de balcão!

A SRA. SOFIA CAVEDON: Mas é disso que eu estou discordando. Nós estamos modificando o Plano Diretor. Não é qualquer valor, concordo contigo. Talvez eu tenha me expressado mal, é a quantidade de índices que precisam ser submetidos a leilão público pelo seu volume, e, nesse caso, nós estaremos exceptualizando... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Sobre a emenda que o Ver. Mário Bins Ely pede que eu olhe com atenção, eu acho que há controvérsias. Inclusive o próprio Ver. Bernardino me pondera: eu acho que trabalhar com arbitrariedades, excepcionalidades, é muito complicado. Acho que tem que solucionar de outra maneira eventuais problemas de um próprio específico, Ver. Márcio. Estamos pensando que temos que cuidar, ao legislar, para não legislarmos com fotografia, com endereçamento específico; a nossa regra tem que ser universal. Então, nesse ponto em especial, eu propus uma emenda em que prevejo que tenha que ter Impacto de Vizinhança nesses projetos porque são projetos de alta densificação e que poderão, eventualmente, impactar... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Apenas informo, Presidente, que a presidência anterior da Mesa estava assegurando, e alguns Vereadores falaram oito ou dez minutos, e há construção de emendas acontecendo. Eu não sabia que iria mudar o procedimento. Quero dizer que propus que haja, sim, Estudo de Impacto de Vizinhança nos projetos beneficiados por essa Lei, porque é bem verdade que beneficiar o entorno de uma grande avenida, de uma grande estrutura, é bem-vindo, só que, na Protásio, na Osvaldo Aranha, nós temos hospitais, nós temos lugares peculiares, Áreas de Preservação; então precisamos olhar a vizinhança antes de impactá-la, interferir na ambiência, interferir em bens de patrimônio cultural e no próprio direito à Cidade, no direito à insolação. Então defendo também esta emenda de Estudo de Impacto de Vizinhança.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Cassio Trogildo e do Ver. Dr. Thiago, à Emenda nº 02 ao PLCL nº 020/11.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago, solicitando que seja retirada de tramitação a Emenda nº 10 ao PLCL nº 020/11.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 12 ao PLCL nº 020/11.

Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLCL nº 020/11. (Pausa.) O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLCL nº 020/11.

O SR. CASSIO TROGILDO: Boa tarde, Sr. Presidente. Quero reforçar aqui o aparte que fiz na intervenção da Ver.^a Sofia Cavedon, para que não paire nenhuma dúvida quanto à proposta do projeto. Quando ela diz que, quanto às diferenças dos índices dizendo que eles poderão ser adquiridos direto no balcão, estes não poderão ser adquiridos por qualquer valor; existe um valor de mercado, Ver.^a Lourdes Sprenger, estabelecido no balcão. Hoje, o nosso Plano Diretor já prevê essa aquisição direta, Ver. Waldir Canal, só que existe um limitador da quantidade de metros quadrados que são adquiridos. Então não tem nenhuma burla de licitação ou falta de procedimentos da Lei nº 8.666. Como isso é um incentivo para o adensamento da Cidade, dando a possibilidade de o Executivo Municipal, através da Secretaria de Urbanismo, fazer a venda direta. A nossa emenda, que agora é composta por uma subemenda também, destina os recursos adquiridos, oriundos da venda dessa diferença, para o Fundo Municipal de Interesse Social, Dr. Goulart, e a nossa emenda inicial era no sentido de que a integralidade desses recursos fosse para o Fundo. E nós, conversando com diversos Vereadores, em especial com o Dr. Thiago, Dr. Goulart, o próprio Ver. Dr. Raul, com o líder do Governo... Hoje a legislação municipal prevê que, da venda do solo criado, 90%, Ver. Kevin, vá para o Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social. Então nós concordamos, Ver.^a Jussara, com a subemenda, inclusive assinamos aqui que a diferença desses valores, ou seja, os 10% desses valores arrecadados, possa ser investidos na Saúde, nos hospitais municipais, Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas e Hospital de Pronto Socorro, e o restante, na

sua totalidade, para o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social. Então fica com esta grafia a Emenda nº 01, através da Subemenda nº 01, à nossa Emenda nº 02.

Com um bom processo negocial aqui, para que possamos ter o resultado da venda desses valores: 90% para a habitação e 10% para a Saúde – Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas e no Hospital de Pronto Socorro. Muito obrigado. Encaminhamos, em nome da nossa Bancada, pela aprovação da Subemenda nº 01 à Emenda 02 e a aprovação da Emenda nº 02.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLCL nº 020/11.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, meus colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores, nós estamos na discussão da emenda. Como eu estava inscrito na discussão do projeto e, no momento, não pude aqui participar, eu quero me referir um pouco ao projeto e mesmo à emenda. Este projeto é de origem do Legislativo, do Ver. Reginaldo Pujol, e quero cumprimentar o Ver. Reginaldo Pujol por se preocupar com o tema, que, na verdade, esse é um tema que o Executivo deveria elaborar, até porque, no Plano Diretor, nós aprovamos uma estrutura do Executivo que se chama Sistema de Gestão do Planejamento Municipal, que é para esse sistema repensar a Cidade diariamente, propondo adequações na Cidade. Eu trago aqui um exemplo, Ver.^a Mônica, a 3ª Perimetral, que foi construída na Administração Popular, a maior obra viária de Porto Alegre nas últimas cinco décadas, revitalizou toda aquela região, agregou valor àquela região toda. É óbvio que, logo após o término da 3ª Perimetral, deveria ter havido uma reformulação no planejamento para propiciar que aquela região pudesse ter maior desenvolvimento urbanístico. Por quê? Porque ali, Ver. Cecchim, tem recursos, tem infraestrutura, mesmo agora.

O projeto do Ver. Pujol falava do metrô e das linhas do BRT. Como o metrô está saindo, eu vou me concentrar aqui no BRT. Por que agora se propõe a mudança ou adequação de índice ao longo das linhas do BRT? Porque ali está se fazendo um investimento público – aqui tenho que registrar isto, Ver. Reginaldo Pujol –, são 850 milhões de recursos, muitos deles oriundos a fundo perdido do Governo Federal, outros de

empréstimo, que vão reestruturar todo o eixo dos BRTs, vai pegar toda a Bento Gonçalves, vai pegar toda a Protásio Alves, vai pegar a Zona Sul da cidade de Porto Alegre. Bom, é onde nós temos que concentrar e propiciar que as pessoas possam morar, porque onde tem infraestrutura urbana tem desenvolvimento econômico e comercial.

E aqui eu quero fazer um alerta, um alerta e um convite aos colegas Vereadores, Ver. Reginaldo Pujol. Nós deveríamos identificar, ao longo do eixo dos BRTs, todos os vazios urbanos que existem ali e aplicar o IPTU progressivo no tempo, para que possam ser desenvolvidos projetos de habitação ali, porque nesses locais que recebem um grande investimento público não pode haver terrenos esperando a valorização. Ali tem que ser desenvolvido projetos habitacionais, projetos de desenvolvimento urbano e econômico, porque ali está a infraestrutura urbana com recurso público.

Então, Ver.^a Jussara, que luta pela reforma urbana, é de pensarmos em fazermos um projeto ao longo das linhas do BRTs verificando todos os vazios urbanos que tem para aplicar o IPTU progressivo no tempo. O que é o IPTU progressivo no tempo? Está aqui o representante da indústria e da construção civil, pergunte para ele se eles querem ou não querem o IPTU progressivo. É claro que sim, porque, aplicando o IPTU progressivo no tempo, as pessoas que são proprietárias daquela ação são obrigadas a fazer projeto e a entrar no desenvolvimento. Então, não dá para nós termos grandes investimentos públicos e as áreas ficarem desocupadas. Nesse sentido, vem o projeto do Ver. Reginaldo Pujol, que propõe readequar os índices, para que ali haja maior concentração populacional ali. Eu estou defendendo aqui, Ver. Prof. Alex Fraga, um conceito, acho que está correto. O Executivo infelizmente não fez esse projeto, mas deveria fazer, isso teria que ser um estudo permanente do Executivo sobre o desenvolvimento urbano, social, econômico da cidade de Porto Alegre.

Quanto à emenda do Ver. Cassio Trogildo, votarei favoravelmente. No Plano Diretor, existe a previsão de que os recursos que vão para o Fundo de Desenvolvimento Municipal devem ir 25% para o planejamento urbano e 75%, para habitação de interesse social. Neste momento em Porto Alegre – senhoras e senhores da construção civil que aqui estão –, nós temos 50 comunidades com ação de reintegração de posse. E eu quero dizer o seguinte para vocês: aquelas famílias estão lá porque alguém as dirigiu para aquelas áreas. Muitos venderam os lotes, eles compraram porque não há habitação de interesse social produzida na cidade de Porto Alegre que os possa acolher. Então, essa é

uma agenda que precisa ser debatida. Esse recurso adquirido dos índices pode ser destinado para o Fundo Municipal, que vai potencializar a habitação de interesse social. Votarei, discutindo com o meu partido, no sentido de que o recurso possa ser destinado para habitação de interesse social. Estamos aqui discutindo, pressuponho que votaremos favorável à emenda; caso contrário, obedecerei a decisão do meu partido. Então, Ver. Cassio Trogildo, é essa a discussão que estamos aqui propiciando. Um grande abraço e muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Lourdes Sprenger, a Emenda nº 02 ao PLCL nº 020/11. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 23 votos **SIM**; 3 votos **NÃO**.

O Sr. Prof. Alex Fraga: Gostaria de fazer uma Declaração de Voto. Votei “não” porque o parágrafo 1º dispensa a licitação e com isso não concordo.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Está feito o registro.

A Sra. Sofia Cavedon: Da mesma maneira, deixando claro que os índices para habitação popular já estão previstos na legislação específica, portanto não prejudica o encaminhamento para a habitação popular. Agora, é ilegal dispensar licitação para valores maiores do que a Lei nº 8.666 determina, então esta Casa está cometendo uma ilegalidade.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Está feito o registro, Vereadora.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Lourdes Sprenger, a Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 ao PLCL nº 020/11. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 24 votos **SIM**; 01 voto **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 03, destacada, ao PLCL nº 020/11. (Pausa.) O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLCL nº 020/11.

O SR. CASSIO TROGILDO: Só para encaminhar a Emenda nº 03, então. O projeto original, Ver. Idenir Cecchim, previa a linha do metrô e a 3ª Perimetral. Como o autor do projeto está suprimindo, pela Emenda nº 12, a linha do metrô, até porque o metrô não temos bem ainda a perspectiva de quando acontecerá, e também o Executivo Municipal disse que talvez precise de uma atividade consorciada para financiar a própria implantação do metrô, nós fizemos a Emenda nº 03 pelos mesmos requisitos da 3ª Perimetral, incluindo as linhas do BRT, ou seja, dentro do espírito do projeto, que é onde existe infraestrutura, principalmente mobilidade, onde a cidade está mais mobilizada temos que ter maior adensamento. Então, a Emenda nº 03 inclui no escopo do projeto as linhas do BRT, que são três linhas, as da Zona Norte e Nordeste, compreendendo a Av. Baltazar de Oliveira Garcia e a Av. Sertório; o BRT Zona Leste e Sudeste, compreendendo as Avenidas Protásio Alves, Osvaldo Aranha, Bento Gonçalves, João Pessoa e Av. da Azenha; e o BRT Zona Sul e Extremo-Sul compreendendo as Avenidas Tronco, Cruzeiro, Teresópolis, Azenha, João Pessoa, Padre Cacique, Borges de Medeiros e Praia de Belas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação nominal, solicitada pelos Vereadores Marcelo Sgarbossa e Prof. Alex Fraga, a Emenda nº 03 ao PLCL nº 020/11. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 22 votos **SIM**; 5 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 06, destacada, ao PLCL nº 020/11. (Pausa.) O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLCL nº 020/11.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, as votações anteriores, por maioria ampla, a Casa decidiu, entre outras coisas, para que fosse concretamente introduzidas no projeto, no lugar do equipamento do metrô, os BRTs. A emenda do Ver. Marcelo Sgarbossa, que está sendo votada, diz o seguinte: “A vigência do Regime Urbanístico autorizado pelo inciso VII, será efetivamente concedido após a implementação da linha do metrô”. Isso se sucede se se dirigir à linha do metrô, que não vai ser implantado, inclusive nós estamos declarando que ele não será implantado, porque existia todo esse processo que impede que, num curto prazo, se

pense em linha do metrô. Ocorre que no lugar do metrô se colocou o BRT, e, evidentemente, nós aprovando a emenda do Vereador, vamos criar um problema a ser decido em Redação Final. Existe uma emenda, que também está destacada, que claramente pede a supressão da linha do metrô da lei, o que enseja que, no seu lugar, sejam colocadas as linhas do BRT conforme a proposta aprovada pela Casa na Emenda nº 02 do Ver. Cassio Trogildo.

Então, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, com todo o respeito, nós vamos pedir que a Casa não aprove essa emenda, porque, se aprovar, nós vamos ficar com uma contradição dentro do projeto e poderemos ser acusados de querer inviabilizar por vias indiretas a execução do projeto. Hoje, quando V. Exa. apresentou a emenda, se acenava uma situação de fato, se previa a linha do metrô. Essa linha do metrô nós estamos suprimindo do projeto, no seu lugar será o BRT. Nada vai acontecer nessa área, enquanto o metrô não estiver funcionando. É o espírito do projeto. Como o metrô sequer está sendo cogitado de começar, nós estaremos inviabilizando todo o processo. A Redação Final terá possibilidade de botar, no item *b*, uma situação nula, e criar um terceiro item, que seria o item que completaria o BRT. Para evitar essa confusão, com todo respeito ao propósito do Ver. Sgarbossa, nós estamos advogando que, nesse particular, se vote contrariamente à proposta por ele apresentada, pelo fundamento que aqui coloquei. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLCL nº 020/11, como autor.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Quero lembrar que, quando discutimos pela primeira vez o projeto, talvez há um mês ou menos, Ver. Pujol, as falas em defesa do projeto falavam, como centralidade desse projeto, do futuro metrô. Pois bem, simplesmente, agora tem uma emenda no projeto, que é a 12, que retira isso, retira o metrô da jogada. E o Ver. Cassio coloca os BRTs. Para mim, não é tão automático assim: se pensa em fortalecer o transporte coletivo, e aí tem razão, necessariamente tem que se adensar esses lugares. Não é tão simples assim, Ver. Tarciso. Passa aqui uma futura linha de BRT ou de metrô, então, adensando, fará com que as pessoas utilizem o transporte coletivo. Não é! Se fosse tão simples assim... Há inúmeros outros fatores que fazem as

peças usarem ou não o transporte coletivo. Não é simplesmente morar a uma quadra de distância, ou menos. Não é tão simples assim. Então, temos uma divergência em relação ao projeto; pode ser um incentivo as pessoas morarem perto do transporte coletivo, mas não é tão simples assim, é isso o que eu quero dizer.

O que nós temos aqui é uma emenda. Já que se falou tanto em metrô nas discussões passadas, nós fizemos uma emenda dizendo que todo benefício que fosse gerado – poder construir mais, vou resumir assim – ficaria condicionado a quando o metrô efetivamente acontecesse na Cidade. Essa é a Emenda nº 06.

Nós temos a Emenda nº 12, que é a emenda do Ver. Pujol, que retira o metrô de todo o projeto, tira a palavra “metrô”, não se fala mais em metrô. Então, nós estamos aqui pressupondo – e acredito que com uma certa dose de racionalidade – que a Emenda nº 12 será aprovada, a que retira o metrô do projeto, não trata mais do metrô. Mas, antes disso, temos a nossa Emenda nº 06. Eu não quero aqui legislar e votar na ideia de que a Emenda nº 12 será aprovada. Aí claro que ficará sem lógica a Emenda nº 06, se se retirar o metrô do projeto – não sei, só saberemos quando votarmos a emenda do Ver. Pujol. Até lá, eu prefiro deixar o condicionante de que toda a mudança que a lei propõe só acontecerá quando o metrô estiver em operação. É um convite para aprovarmos a emenda, acho que é um sinal de um compromisso de que nós queremos mudar. Se as mudanças virão, e a lógica toda é o funcionamento do metrô, que seja quando efetivamente ele começar a operar. É nesse sentido que eu convido para votarmos a favor da dessa emenda. Se a Emenda nº 12 for aprovada, a que retira o metrô, é certo que a Emenda nº 06 perde o sentido. Mas, na Redação Final, é possível retirar as incongruências, as contradições que o texto vai ter. Logicamente condicionar a alguma coisa que não vai mais existir não tem sentido. É nesse sentido que eu acho que vale a pena aprovarmos como um símbolo e dizer que, se o metrô é a centralidade, então, condicionamos a efetiva existência à operação do metrô. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLCL nº 020/11.

O SR. CASSIO TROGILDO: Ver. Marcelo, pelo menos, as duas primeiras inscrições para abordar o projeto, a primeira do Ver. Reginaldo Pujol, e eu fui o segundo inscrito, nós dois esclarecemos que a parte do metrô estava sendo retirada em função de que o Executivo entende a necessidade de uma atividade consorciada para implantação da própria linha do metrô. Então, está no escopo dessa discussão desde o início desta tarde que o objeto inicial que era a linha do metrô mais a 3ª Perimetral, o metrô vai ser suprimido do projeto através da Emenda nº 12 do próprio autor do projeto, o Ver. Reginaldo Pujol. E ninguém acha que é tão simples tratar só a questão da mobilidade, que é em função da mobilidade que se tem que adensar. Os estudos que mostram que essas áreas são adensáveis são os estudos que subsidiaram o Plano Diretor vigente da Cidade, que foi constituído em 1999 e foi revisado em 2010, Ver. Paulinho Motorista. É o próprio Plano Diretor que estabelece que o índice construtivo nessas avenidas pode chegar até 3. Então, não é nenhum estudo superficial, é o estudo do Plano Diretor. Se tem algum outro estudo mais profundo na Cidade do que o próprio Plano Diretor, precisa ser apresentado. Eu não conheço nenhum outro. O nosso Plano Diretor da Cidade foi constituído em 1999, Ver. Tarciso, e foi revisado em 2010 e nele é que existe essa previsão legal. A diferença é que estabelece que uma parte já é de direito e a outra parte, para consolidar o direito, tem que complementar o valor através da aquisição de solo criado. Mas o estabelecimento do planejamento da Cidade já está lá previsto. Então, como o autor está retirando a questão da linha do metrô, nós vamos encaminhar contrários à aprovação desta emenda, porque ela vai ficar acéfala logo assim que se aprovar a Emenda nº 12. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLCL nº 020/11.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde a todos, senhoras e senhores que nos assistem pela TVCâmara, nas galerias; Vereadores e Vereadoras; para aqueles que não estavam há pouco tempo defronte à Mesa, eu e o Ver. Marcelo Sgarbossa conversávamos com o Diretor Legislativo, Luiz Afonso, e vimos que a Emenda nº 06 não prejudica a Emenda nº 12, que retira o metrô do projeto. Porém, como nós temos um problema temporal, a Emenda nº 06 deve ser votada antes da Emenda nº 12, ao aprovarmos essa Emenda, fica

condicionado a liberação dos índices das construções após a conclusão do metrô. Com a Emenda nº 12 aprovada, retirando-se o metrô, a Emenda nº 06 torna-se inócua, a Emenda nº 06 perde a sua caracterização e não entra na redação final do projeto. Foi isso que nos foi passado pelo Diretor Legislativo, ou seja, a aprovação da Emenda nº 06 não prejudica a Emenda nº 12. A Emenda nº 12 será votada, se for aprovada, vai retirar o metrô e a Emenda nº 06, proposta pelo Ver. Marcelo Sgarbossa, simplesmente cai, ela torna-se inócua. Então, esse é o esclarecimento que eu gostaria de prestar a partir da conversa que tivemos com o nosso Diretor Legislativo. Uma boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLCL nº 020/11.

O SR. DR. THIAGO: Olhem só como é interessante o processo legislativo. Há, sim, uma prejudicialidade reversa, e agradeço ao Luiz Afonso por essa nuance. A proposta do Ver. Marcelo Sgarbossa adenda ao Inciso e condiciona a lei à questão do metrô. E a outra Emenda, sofismada, falada aqui na tribuna, retira todo artigo. Então na medida em que aprovemos a Emenda nº 12, por óbvio, como cairá todo artigo, cairá também aquilo que estamos conversando aqui: a vinculação do metrô à execução do projeto. Portanto, é muito mais fácil e mais tranquilo, já que há um grande anseio dos Vereadores em aprovarmos a Emenda nº 12 – infelizmente ela não foi destacada, porque, se ela fosse destacada, ela seria, talvez, votada antes desta emenda, e, como há um pensamento, acho que é majoritário aprovarmos a Emenda nº 12 –, rejeitar a Emenda nº 06 neste momento. Mas há, sim, uma prejudicialidade, Ver. Elizandro, reversa.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cassio Trogildo, a Emenda nº 06 ao PLCL nº 020/11. (Pausa.) (Após a apuração nominal) **REJEITADA** por 7 votos **SIM**; 20 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 08, destacada, ao PLCL nº 020/11. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 08, destacada, ao PLCL nº 020/11, como autora.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Esta emenda visa corrigir – e acho que corrige – uma possibilidade de imperfeição na lei, Ver. Reginaldo Pujol, porque uma legislação municipal infraconstitucional que prevê dispensa de licitação para valores públicos, para bens públicos, certamente, receberá uma ADIn; não tem como não receber uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Índice construtivo é um bem público que a Prefeitura faz a gestão e tem regras para disponibilizar. Portanto, nesta emenda, eu prevejo que os índices que serão necessários para a utilização dessa nova altura e densidade serão adquiridos via leilão.

Quero aqui dizer que a Prefeitura não tem dificuldade. Se abrirem o Diário Oficial, verão que, todos os dias, tem lotes de índices construtivos sendo comercializados. A Prefeitura de Porto Alegre tem instrumentos legais para agilizar leilões, para garantir a legalidade, para garantir a impessoalidade que rege as nossas ações como gestores, como servidores públicos, como quem trata o serviço público ou qualquer coisa que é pública. Então nós aprendemos e devemos o respeito a esses princípios de impessoalidade, de transparência, de ética sob a administração pública. Se de um lado é importante, é interessante estimular a construção, o desenvolvimento em torno de grandes estruturas, estruturas com potencial escoamento de outro, é importante guardar a impessoalidade no tratamento deste, que é uma riqueza. Porque cada índice construtivo resulta em muitos recursos.

Eu quero dizer que a Emenda fala do projeto de Impacto de Vizinhança. Eu, na outra discussão desse projeto de lei, Ver. Pujol, ponderava que passar uma régua é temerário, porque nós sequer podemos dizer... Duvido que algum Vereador ou Vereadora aqui possa dizer que lugares está impactando, que pátios, que construções, que tipo de construções, que tipo de atividades, se é escola, se é hospital, se é berçário, se é centro de saúde, se é posto de gasolina. Não sei, tem de toda ordem de construção, se é praça, pracinha, nesta beirada das áreas implicadas por este projeto. Portanto, cuidar da vizinhança, verificar o que acontecerá com a vizinhança ao concedermos os índices máximos é muito importante, é muito importante! Porque não é possível morar numa Cidade onde, um dia, tu tens condições de se deslocar, e no outro, não sai de casa, porque impactou, porque não teve medida mitigadora, porque não se tem previsibilidade; um dia tu tens sol na tua área de serviço e depois não tens mais, como vai acontecer no

edifício ao lado do Museu Júlio de Castilhos, onde um prédio, uma empena cega vai tapar todo o sol de todos os apartamentos naquele edifício. Significa uma desvalorização patrimonial, significa a impressão negativa na qualidade de vida daquelas pessoas; as pessoas não têm segurança de morar bem, de bem viver numa cidade, se no planejamento e nas decisões sobre a cidade não forem considerados os direitos estabelecidos à morfologia construída à cultura do entorno. Então a emenda propõe, sim, que Estudo prévio de Impacto de Vizinhança seja um instrumento utilizado para projetos beneficiados por esse projeto de lei. Então, manter a 8.666, o tratamento republicano dos índices construtivos e o direito dos cidadãos e das cidadãs.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cassio Trogildo, a Emenda nº 08 ao PLCL nº 020/11. (Pausa.) (Após a apuração nominal.)

REJEITADA por 5 **SIM**; 19 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 11, destacada, ao PLCL nº 020/11. (Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a Emenda nº 11, destacada, ao PLCL nº 020/11.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores. Eu pedi destaque à Emenda nº 11, porque fui cobrado por alguns amigos via WhatsApp – recursos da modernidade – e resolvi me ater ao texto, à redação da Emenda nº 11, proposta pelo Ver. Márcio Bins Ely. Ela incrementa o projeto: “Art. 83-A. Fica instituída a Área Especial de Interesse Institucional (AEII), constituída pelo terreno localizado na Avenida Praia de Belas nº 560 e nº 568, identificadas no Anexo 1.1 e 1.2 (...)”. Fui observar esse próprio e percebi que, na realidade, nos endereços, consta uma loja maçônica. Ao longo da redação da emenda do Ver. Márcio Bins Ely, ele ainda coloca que: “Art. 83-C Fica definido o seguinte regime urbanístico para a Subunidade criada no *caput* do art. 83-A desta Lei Complementar: I– densidade, código 23 – Área Especial de Interesse Institucional – conforme projeto específico; II – Atividade, código 17 – Área Especial de Interesse Institucional – Templos e atividades complementares (...); III – Volumetria, código 11 – aplica-se na AEII a observação (2) do Anexo 7.1.”

Senhores, o projeto que nós estamos discutindo é um projeto de cidade, é um projeto para Porto Alegre, não é um projeto específico para um próprio. Eu vejo com muita ressalva esse tipo de emenda, porque ela me parece um grande contrabando. Eu me proponho a sentar com o Ver. Márcio Bins Ely, formar um grupo de estudos para analisar e planejar, não restringindo a uma única instituição, mas ampliando esse debate para outros templos, para igrejas, clubes. Ver. Bernardino Vendruscolo, que é bastante conhecido e respeitado dentro das comunidades maçônicas, eu gostaria de saber a sua opinião sobre essa emenda. A mim não agrada nenhum pouco. Então, Ver. Márcio, eu lhe peço que entenda o meu posicionamento. Não é nada pessoal. Respeito muito o direito à associação das pessoas, mas eu não posso aceitar que esta emenda se configure dentro de um projeto de cidade, um projeto de Porto Alegre. Nós estamos falando de aumento de índices construtivos para a Cidade como um todo e não podemos restringir, emendar, colocar este contrabando – perdoem-me o peso da palavra, mas é isso que é a sua emenda – dentro dele. Vamos fazer um projeto de lei específico para essa finalidade, mas, com isso aqui, o senhor me desculpe, não posso concordar.

Eu peço que os Vereadores pensem bem nas suas posições. Já externei o meu ponto de vista: eu não concordo, de maneira alguma, com esta emenda e sinto-me, de certa forma, até um pouco constrangido de ter que votar algo contrabandeado para dentro de um projeto de cidade. Os senhores me desculpem a franqueza, mas eu não concordo com esta emenda em hipótese alguma e vou ter que votar contra ela. Agora, quanto a um projeto específico para repensar as estruturas de templos, de lojas maçônicas, de igrejas, vamos conversar, vamos sentar e ver o que fica melhor para a população, mas para isso aqui eu não dou concordância, os senhores me desculpem.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 11, destacada, ao PLE nº 020/11.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, sobre o que o Ver. Alex mencionou aqui anteriormente, com todo o respeito ao Ver. Márcio Bins Ely, realmente passa por nós um assunto que eu lamento muito, por ter familiares envolvidos com a Maçonaria: usar o nome dessa grandiosa representação

dentro de um projeto que poderia ser discutido de outra forma. E agora entrou aqui um achego para votar este assunto tão importante, que deveria preservar as entidades, preservar esta entidade, que tem relevantes trabalhos sociais prestados, inclusive para familiares meus nas horas das dificuldades. Acho um erro grave, Ver. Bins Ely, ter trazido este assunto e ainda encaixar aqui dentro de outro tema que está sendo discutido. Era só este registro que eu queria fazer.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 11, destacada, ao PLCL nº 020/11.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Presidente, Ver. Marcio, digo, Ver. Mauro Pinheiro, eu estou tão perturbado que troquei o seu nome. O senhor me desculpe. Ver. Prof. Alex, V. Exa. não conhece a Ordem, por isso eu vou procurar fazer com que não lhe ofenda. Só gostaria de lhe pedir que o senhor não confunda Ordem Maçônica com irresponsáveis, o que têm, sim, em todas as instituições do Brasil e do mundo. A Ordem Maçônica não faz contrabando. Pode haver contrabandista na Ordem Maçônica, porque há até lá no Vaticano. E eu já tinha avisado o autor para ter o cuidado de não nos constranger. Eu estou constrangido. Eu estou constrangido! Eu estou fazendo 25 anos de Ordem e eu estou constrangido. Eu tinha alertado o autor sobre essa possibilidade. Porque a sua bancada já tinha me procurado, Vereador, há seis ou sete meses, e eu tinha dito que estava um tanto preocupado. Quando este projeto foi destinado a este Vereador para relatar, me julguei impedido, porque todos sabem que eu sou da Ordem, disse que eu estaria legislando em causa própria. É lamentável que um grão-mestre irresponsável tenha autorizado iniciar a obra sem ter um projeto nas condições em que foi enfrentado. Então eu vou pedir, encarecidamente, inclusive aos irmãos de Ordem que estão aqui, não vamos confundir uma instituição milenar, respeitada, com possíveis irresponsáveis que existem em todas as instituições, em todas! E eu já peço aqui a compreensão dos meus prezados colegas, eu vou me abster de votar, para não dizer que votei contrária ou favoravelmente, eu vou me abster, mas com pesar. E a minha Declaração de Voto é muito clara, é na mesma linha, porque, lá na CEFOR, não sei por que sorte do universo, me delegaram como relator, e eu me julguei impedido. Então eu só vou pedir,

pág. 57

Vereadoras, Vereadores, senhoras e senhores, vamos separar a Ordem milenar, que é respeitada, de possíveis outros irresponsáveis, o que todas as instituições têm – todas! Hoje não tem mais instituição que possa dizer: “Nós estamos livres”. Nem o Judiciário, nem o Ministério Público, nem o Vaticano, nem a Maçonaria, Umbanda, Quimbanda, Católicos, Protestantes, não há ninguém absolutamente livre de, de repente, constatar no seu seio pessoas que não têm responsabilidade com os princípios que nortearam e norteiam várias instituições, que fazem trabalho sério, e que foram e são fundamentais para a nossa sociedade. Vou pedir encarecidamente, eu me senti ofendido, mas entendo perfeitamente V. Exa., porque, às vezes, é força de expressão, eu também já me passei e não é nada, e eu peço que o senhor compreenda a minha dificuldade. Mas separemos a Ordem em si, milenar, respeitada, com possíveis irresponsabilidades.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 11, destacada, ao PLCL nº 020/11.

O SR. DR. GOULART: Meu querido Presidente Mauro Pinheiro, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, é com uma certa reserva que venho falar nesta tribuna, mesmo porque não sabia deste projeto, fiquei sabendo agora aqui no plenário, e achando um pouco pesado, tentei encontrar meu Venerável que não está *on-line*, mas conversei com meu irmão mais antigo da Loja, e ele me sugeriu cautela, muita cautela. Dentro do processo de coerência, de não estar certamente envolvido no clima de que esteja certa essa colocação neste momento, vou seguir o caminho do Irmão Bernardino, abstenho-me também desta votação, mesmo sendo da Ordem e querendo que a Ordem brilhe bastante. Mas quando pairou, em algum momento, alguma incerteza, imagino que eu não possa tocar para frente esse projeto. Vou votar desta maneira.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 11, destacada, ao PLCL nº 020/11.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Ver. Mauro Pinheiro, Vereadoras e Vereadores, público que nos assiste nas galerias e na TVCâmara, senhoras e senhores, especialmente a

delegação da Grande Loja, irmãos que acompanham aqui essa votação importante da tarde de hoje, e me parece que alguns encaminhamentos aqui são, num determinado sentido, e, nesse mesmo sentido, eu me inscrevo aqui para tentar demover os colegas Vereadores que estão se manifestando pela abstenção. Porque a abstenção nesta votação representa o voto contrário. Para que nós possamos aprovar, ali no prédio onde fica a Grande Loja Maçônica do Estado do Rio Grande do Sul, uma Área Especial de Interesse Institucional, que é o que a nossa Emenda está fazendo, nós precisamos ter 19 votos. Eu quero fazer um apelo, aqui no encaminhamento, em nome da bancada do meu partido. Porque, ao contrário do que está sendo dito aqui, esta emenda não é uma emenda contrabando! Nós aprovamos aqui um Projeto de Lei, e vamos aprovar um Projeto de Lei que tem por objetivo constituir no território da Cidade um movimento de ocupação de território urbano, adensando o território onde vai passar o metrô e o BRT – se não vai ter metrô, onde vai passar o BRT. E a Emenda do Ver. Cassio Trogildo já foi aprovada. Já está aprovado por esta Casa o adensamento da Av. Praia de Belas. Ali já estão contemplados o índice 3 e os 52 metros de altura. E, naquele mesmo quarteirão, nós temos várias instituições. Nós temos ali os bombeiros, nós temos do outro lado da rua o IPE, nós temos o Tribunal de Justiça, mais adiante o Ministério Público, o Fórum. Quem é que tem que comprar Solo Criado? Quem é que compra índice construtivo? É quem vai revender, é quem vai especular no mercado imobiliário. Vai comprar R\$ 10 mil de Solo Criado, mas vai vender o apartamento por 300, por 400. Vai tirar a diferença do Solo Criado. A Grande Loja é uma instituição filosófica institucional, cultural, que está ali pregando o bem da sociedade com vistas a um diálogo com o futuro para a construção de um amanhã mais justo, mais fraterno entre as pessoas. O povo maçônico está aqui pedindo o apoio da Casa para regularizar e colocar ali uma instituição. Nós não vamos comprar ali para botar um andar e meio a mais para revender, meus colegas! Ninguém ali vai especular financeiramente ou que vai receber na segunda compra ou na recompra. Não! Ali é para regularizar uma instituição. Está ali o prédio. Muitas vezes, a gente passa por ali; dentro do *skilene* está passando um andar e meio. Já está aprovado o índice 3, já estão aprovados 52 metros de altura para toda a extensão da Av. Praia de Belas. O que nos custa fazer um gravame de Área Especial de Interesse Institucional ali? Qual é o contrabando que tem nisso? É uma instituição como qualquer outra, que não está especulando, não vai ganhar dinheiro, não está comprando solo criado para revender;

está fazendo um apelo para a Casa para ter um reconhecimento. Há três meses, aqui, fizemos a votação – e aprovamos – para o bairro Menino Deus, para o hospital. Algo muito semelhante, para não dizer igual; projeto de minha autoria. Mas o que acontece? Como o projeto de lei que nós tínhamos feito era justamente para contemplar o índice 3 e a altura, e, agora, isso já está contemplado, a gente fez a emenda para colocar ali uma Área Especial de Interesse Institucional.

É nesse sentido que eu faço um apelo. Ver. Bernardino, irmão e companheiro, faça uma reflexão, porque a abstenção representa um voto contrário! Então, como o irmão se manifestou aqui no sentido de que vai votar pela abstenção, vai estar votando contrário. Faço um apelo, meus colegas Vereadores, para que possamos fazer uma reflexão e esse gesto para uma instituição que merece todo o nosso respeito, todo o nosso carinho, toda a nossa admiração, que hoje acompanha aqui essa votação, nesta tarde de trabalho que se estende – já são 18h15min. Então fica aqui o nosso encaminhamento, em nome da Bancada do PDT. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Fernanda Melchionna, a Emenda nº 11 ao PLCL nº 020/11. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 13 votos **SIM**; 9 votos **NÃO**; 6 **ABSTENÇÕES**.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: Mesmo assim eu peço para constar a Declaração de Voto em razão dos motivos que já disse da tribuna e por ficar extremamente preocupado com o que ouvi aqui no início das discussões dessa emenda. E fazendo um apelo, a ordem é maior que ações de irmãos que andam por aí isoladamente pelo universo.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Feito o registro, Vereador.

O Sr. Prof. Alex Fraga: Sr. Presidente, gostaria de ratificar a minha posição fazendo Declaração de Voto. Não sou contra o assunto, contra o tema e o teor da emenda, e sim contra o método utilizado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Feito o registro.

O Sr. Dr. Goulart: Sr. Presidente, Declaração de Voto. Neste momento não cabe essa matéria, mas sou parceiro do Ver. Márcio Bins Ely para que se encontre uma outra saída para resolver um assunto da maçonaria, que é uma entidade maior.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Feito o registro.

O Sr. Engº Comassetto: Declaração de Voto da Bancada do Partido dos Trabalhadores. Votamos contrários. Já entregaremos por escrito. Área Especial de Interesse Institucional é para instituição pública e não para instituição privada de caráter público. Esse é o equívoco da emenda. Votamos contrariamente, mas, se for preciso regularizar os prédios, podemos adequar a uma lei universal. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Feito o registro.

O Sr. João Bosco Vaz: Sr. Presidente, só para registrar, o meu voto foi contrário, porque sou favorável a ter um projeto específico para tratar desse assunto, para ser aprovado e para regularizar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Está feito o registro, Ver. João Bosco Vaz. Todos os Vereadores fizeram o registro. Se quiserem fazer por escrito, depois encaminhem à nossa Diretoria Legislativa.

O Sr. Idenir Cecchim: Sr. Presidente, há um projeto do próprio Vereador, na CEFOR, que cabe a mim relatar. Parte desse projeto foi contemplada com a votação de hoje a respeito dos corredores de ônibus. Na Av. Praia de Belas é um corredor de ônibus! Vou fazer uma emenda a esse projeto para regularizar, até atendendo aos Vereadores das outras Bancadas – do PT, o próprio João Bosco Vaz, o Bernardino –, todos os Vereadores querem regularizar. Então, eu me comprometo a fazer uma emenda lá na CEFOR para regularizar, porque é uma laje, é uma laje! Quantas coisas se votam aqui para regularizar! Eu me comprometo com os meus colegas Vereadores a fazer essa emenda para que se regularize essa situação da Grande Loja.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Está feito o registro, Ver. Cecchim.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Lourdes Sprenger, a Emenda nº 12 ao PLCL nº 020/11. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 24 votos **SIM**

Informo aos Vereadores que a Emenda nº 07 foi parcialmente prejudicada com a aprovação da Emenda nº 12. A parte prejudicada foi o inciso VII (Lê.): “linha do metrô e áreas contíguas, permanecendo o inciso VIII, Terceira Perimetral e áreas contíguas: compreendendo uma área de 80 metros em cada lado do alinhamento das vias que compõem o seu eixo de desenvolvimento, objeto do regime urbanístico especial”. A Emenda é de autoria da Ver.^a Jussara Cony.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Lourdes Sprenger, a Emenda nº 04 ao PLCL nº 020/11. (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 25 votos **SIM**.

Em votação nominal, solicitada pelos Vereadores Reginaldo Pujol e Waldir Canal, a Emenda nº 07 ao PLCL nº 020/11. (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 7 votos **SIM**; 19 votos **NÃO**; 3 **ABSTENÇÕES**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cassio Trogildo, a Emenda nº 09 ao PLCL nº 020/11. (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 7 votos **SIM**; 18 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Lourdes Sprenger, o PLCL nº 020/11. (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 21 votos **SIM**; 5 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

O Sr. Kevin Krieger (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quorum, solicitada pelo Ver. Kevin Krieger. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) quinze Vereadores presentes. Não há quórum.

(18h40min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
121ª Sessão Ordinária 09DEZ2015

Não há inscritos para discutir a Pauta. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h41min.)